



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**

Centro Cultural Banco do Brasil
SCES - Trecho 2 - Brasília - DF
Edifício Tancredo Neves – 1º andar - sala 29 – CEP: 70.200-002 Brasília/DF
Telefones: (61) 3313-7412
spmulheres@spmulheres.gov.br

Relatório BEIJING +20

Primera sección:	Análisis general de los logros y retos desde 1995	1
Segunda sección:	Progresos en la aplicación de las principales esferas de preocupación de la Plataforma de Acción desde 2009.....	21
Tercera sección:	Datos y estadísticas	52
Cuarta sección:	Nuevas prioridades.....	56
Referências.....		58
Anexos		59

Primera sección: Análisis general de los logros y retos desde 1995

(Longitud recomendada: 10 páginas)

a) ¿Cuáles son los tres, cuatro o cinco principales logros del país en la promoción de la igualdad entre los géneros y el empoderamiento de las mujeres desde la aprobación de la Declaración y Plataforma de Acción de Beijing y el vigésimo tercer período extraordinario de sesiones de la Asamblea General?

¿Por qué motivo se consideran logros principales? Proporcione pruebas que respalden esta evaluación.

¿Qué factores han contribuido a este éxito? Describa algunas de las medidas adoptadas en cuanto a políticas y mecanismos para mantener o desarrollar este éxito.

Os principais êxitos do governo brasileiro na promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres podem ser agrupados em quatro áreas: 1) princípios e pressupostos de gênero incorporados na lógica governamental (com institucionalidade e transversalidade da temática de gênero nas políticas públicas; incorporação da perspectiva de gênero nos planos plurianuais o; e enfrentamento à pobreza); 2) participação social; 3) enfrentamento à violência contra as mulheres; e 4) promoção de autonomia econômica das mulheres.

1 – Princípios e Pressupostos

A chegada ao poder do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, significou uma mudança estrutural no país, com repercussão na vida de todas as mulheres brasileiras. O Estado recobrou credibilidade como agente imprescindível no processo de transformação social, com vistas à redução das históricas desigualdades existentes no país. O planejamento de curto, médio e longo prazo voltou a ser entendido como instrumento importante para a ação governamental e

estatal e para alcançar os objetivos, os Planos Plurianuais (PPAs) passaram a ter centralidade no Governo Federal. As políticas públicas, por consequência, passaram a ser os instrumentos a partir dos quais são realizadas as transformações sociais.

No contexto dessa nova institucionalidade a participação social, o combate à pobreza e o enfrentamento à todas as formas de desigualdades, em especial as de gênero e raça, passam a ser entendidas como centrais para o Estado brasileiro, tornando-se elementos constitutivos da governança. Nesse sentido, a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), juntamente com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) traduzem esse esforço do governo em transversalizar as políticas de enfrentamento às desigualdades em todas as ações governamentais.

1.1. Institucionalidade e Transversalidade das Políticas Públicas para as Mulheres

A criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2003, e sua ascensão ao nível de Ministério, em 2009, como Secretaria de Políticas para as Mulheres, concretizou o compromisso do Estado brasileiro com a institucionalização das políticas públicas para igualdade entre mulheres e homens.

Em um país como o Brasil, em que as desigualdades de gênero e raça constituem dimensões estruturantes da sociedade, não é possível conceber ações de enfrentamento ao sexismo sem articulá-las ao enfrentamento ao racismo. Com base nesse diagnóstico, os instrumentos de planejamento e monitoramento da SPM/PR tem buscado, em parceria com a SEPPIR, construir estratégias conjuntas que promovam sinergia no combate a essas desigualdades.

Durante uma década de existência, a SPM/PR tem buscado fortalecer sua posição institucional de coordenadora das políticas para as mulheres tanto no âmbito federal quanto na relação com os estados e municípios. Na esfera federal, tem aprofundado sua relação com os Ministérios e outros órgãos governamentais na articulação do *Comitê de Monitoramento do Plano Nacional de Política para as Mulheres (PNPM)*, visando garantir a transversalidade na execução das ações de responsabilidade de cada instituição no combate à desigualdade de gênero e raça. Para tanto, uma das estratégias para estimular a transversalização da temática de gênero na elaboração e implementação das políticas públicas é a criação de *mecanismos de gênero* nos diversos ministérios do governo federal, com os quais a SPM/PR tem ações em parceria. Desde 2004 foram criados 12 mecanismos de gênero em diversos órgãos da administração pública federal¹.

Para efetivar as políticas federais definidas com base nas Conferências Nacionais é crucial desenvolver mecanismos institucionais que estabeleçam a responsabilidade dos entes federados com a defesa dos direitos das mulheres. O desenvolvimento de uma estratégia de incentivo à criação dos *Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (OPMs)* nos estados e municípios tem dado bons resultados. Em 2004, 13 localidades contavam com OPMs;

¹ 1) Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); 2) Ministério de Minas e Energia – (MME); 3) Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); 4) Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); 5) Ministério da Saúde (MS); 6) Ministério do Meio Ambiente (MMA); 7) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); 8) Ministério da Defesa (MD); 9) Fundação Nacional do Índio (Funai); 10) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); 11) Banco do Brasil - BB; 12) Caixa Econômica Federal (CAIXA).

em 2006, esse número aumentou para 125, em 2013 para 603 e em 2014 alcançou 670, sendo 25 OPMs estaduais e 645 municipais. O governo brasileiro estabeleceu, no Plano Plurianual 2012 - 2015, a meta de criação de 1000 OPMs até 2015.

1.2. A perspectiva de gênero nos Planos Plurianuais

O Plano Plurianual (PPA) no Brasil é um plano de médio prazo, que estabelece Diretrizes, Objetivos e Metas a serem seguidos pelo Governo. É reeditado a cada quatro anos, tendo vigência a partir do segundo ano de um mandato presidencial até o final do primeiro ano do mandato seguinte, de forma a garantir a continuidade das ações do Estado durante as mudanças de governo. Essas diretrizes, objetivos e metas são materializadas em Programas, com seus próprios seus indicadores de avaliação.

Para cada objetivo do PPA, é definido um órgão governamental responsável, mesmo nos casos em que várias unidades da esfera pública estejam envolvidas. É sempre necessária a integração entre as diversas esferas do poder público (federal, estadual e municipal), bem como dessas com o setor privado.

A evolução da perspectiva de gênero nos Planos Plurianuais Brasileiros pode ser resumida como segue:

PPA 1991-1995: elaborado no início do governo do então Presidente Fernando Collor de Mello, foi o primeiro PPA elaborado em cumprimento do mandato da Constituição Federal de 1988, não atendeu aos objetivos de planejamento e gestão orçamentária. A perspectiva de gênero estava ausente.

PPA 1996-1999: Plano Brasil em Ação - A perspectiva de gênero não constava do plano.

PPA 2000-2003: Plano Avança Brasil - Apesar de incluir o combate à pobreza como um de seus macro-objetivos, as questões de gênero não foram incorporadas explicitamente nem nas ações nem nos macro-objetivos. Somente dois programas faziam menção direta às mulheres como público-alvo de ações.

PPA 2004-2007: Plano Brasil de Todos - a promoção da redução da desigualdade de gênero aparece pela primeira vez como estratégia de desenvolvimento de longo prazo, entre os 24 desafios finalísticos apontados, (PPA vols. 1 e 2). No entanto, apenas nove programas tratavam explicitamente das mulheres ou das questões de gênero (PPA vol. 3).

O governo afirmou a necessidade de incorporar a perspectiva de gênero na formulação conceitual do PPA 2004-2007. A partir dessa incorporação, a transversalidade de gênero foi assegurada em todas as instâncias e competências institucionais técnico-administrativas da governabilidade. O primeiro mega-objetivo do PPA 2004-2007 - inclusão social e redução das desigualdades - tem como meta “promover a redução das desigualdades de gênero”.

Com isso, o PPA 2004-2007 trouxe uma perspectiva inovadora inclusiva, na medida em que adotou “a viabilização da inclusão social, da equalização das oportunidades – gênero, raça, etnia, pessoas portadoras de necessidades especiais - e da cidadania”. Propôs, assim, a garantia de incorporação do recorte transversal de gênero na formulação e implementação de políticas públicas no País.

No entanto, o enfoque na categoria de gênero (ou de mulheres), associado à categoria de raça/etnia, estava presente em apenas nove dos 374 programas, perfazendo, portanto, somente 2% do PPA. Ainda que os programas explicitamente voltados para as mulheres fossem muito escassos, demonstraram a resposta do Governo à demanda política existente. Dessa forma, serviram de estímulo para integrar a inclusão social das mulheres em outros programas e ações.

PPA 2008-2011: Desenvolvimento com Inclusão Social e Educação de Qualidade - o foco na questão da igualdade de gênero e de raça foi garantido em um dos dez objetivos estratégicos deste PPA. O quarto objetivo era “Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia, e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos”. Portanto, o PPA 2008-2011, assim como o anterior, incluiu o combate às desigualdades e a promoção da inclusão social como prioridades em seus objetivos estratégicos e metas.

Apesar do avanço, as ações do governo ainda não eram planejadas a partir da perspectiva da equidade de gênero e raça. Os oito principais programas do Plano com ênfase em gênero foram: (a) Transferência de Renda com Condicionalidades – Bolsa Família; (b) Atenção Básica em Saúde – Programa de Saúde da Família; (c) Qualificação Social e Profissional; (d) Agricultura Familiar (PRONAF); (e) Habitação de Interesse Social; (f) Brasil Escolarizado– Creche; (g) Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres; (h) Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres.

PPA 2012-2015: Mais Brasil - O PPA 2012-2015 trouxe como inovação a presença de nove agendas transversais: 1) negros, quilombolas, povos e comunidades tradicionais; 2) povos indígenas; 3) mulheres; 4) jovens; 5) crianças e adolescentes; 6) pessoas idosas; 7) pessoas com deficiência; 8) população LGBT; e 9) população em situação de rua.

O Plano Nacional de Políticas para Mulheres – PNPM (2013-2015) está inteiramente inserido na “Agenda Transversal Políticas para as Mulheres” desse PPA.

Nessa agenda, a SPM/PR é diretamente responsável pela implementação de nove objetivos, todos pertencentes a um único programa. A agenda é composta por 34 programas (um sob a responsabilidade da SPM/PR e 33 sob a responsabilidade de outros órgãos governamentais). O PPA 2012-2015 tem um total de 65 programas temáticos, 51% dos quais incluídos na Agenda Transversal Políticas para as Mulheres. Cada programa é composto por diversos objetivos. O programa sob responsabilidade direta da SPM/PR é composto por nove objetivos. Os demais programas têm 82 objetivos na agenda transversal políticas para as mulheres. No total, o PPA é composto por 472 objetivos. Portanto, 19% dos objetivos do PPA dizem respeito às políticas para as mulheres.

A análise evolutiva dos Planos Plurianuais revela um importante avanço, resultado de gestões da Secretaria de Políticas para as Mulheres - a incorporação da transversalidade de gênero e raça na orientação estratégica de governo.

1.3. Enfrentamento à pobreza

A pobreza atinge de forma diferente homens e mulheres. Há fatores de gênero e de raça/etnia que têm maior impacto na vida das mulheres, tornando-as mais vulneráveis às situações de pobreza. Apesar do progresso na redução das desigualdades de gênero, persistem

diferenças significativas entre os sexos, agravadas pela questão racial, fazendo com que a pobreza brasileira tenha um rosto feminino e negro.

Com o objetivo de erradicar a pobreza, uma das principais ações do Governo brasileiro foi a implementação do Programa Bolsa Família. Trata-se de um dos maiores programas de transferência direta de renda com condicionalidades. As condições para o recebimento do benefício são de saúde - exame pré-natal das gestantes, acompanhamento nutricional e de saúde de crianças e adolescentes até 18 anos; e de educação - permanência das crianças e adolescentes em estabelecimento de ensino regular. O Programa Bolsa Família beneficia famílias consideradas pobres, a maioria das quais é composta por pretos (as) e pardos (as).

As famílias pobres são identificadas a partir da inclusão no Cadastro Único e, então, classificadas como pobres ou extremamente pobres. A partir dessa classificação é definido o valor da transferência. Todos os meses, a/o titular da família recebe, por via bancária, o valor correspondente ao benefício a que faz jus. O saque é feito com cartão magnético, emitido preferencialmente em nome da mulher. O valor repassado depende do tamanho da família, da idade dos seus membros e da renda familiar. Há benefícios específicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos frequentando a escola, gestantes e mães que amamentam. Existe um consenso, tanto por parte dos (as) beneficiários (as) como de gestores(as) em relação à titularidade preferencial das mulheres, no entendimento de que “melhor conhecem as necessidades da família” e “tendem a gastar [o dinheiro] com a alimentação e com os filhos”. Cerca de 90% dos cartões do Programa Bolsa Família estão em nome de mulheres.

O Programa possui três eixos principais: (1) a diminuição imediata da pobreza, por meio da transferência de renda ; (2) o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social, por meio do cumprimento das condicionalidades; e (3) a superação da situação de vulnerabilidade, com apoio de ações e programas complementares voltados para a capacitação e o desenvolvimento das famílias.

2 - Participação social e as políticas para as mulheres

A valorização e o aprofundamento da participação social têm contribuído para o avanço do país na promoção da igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres. Os mecanismos de participação social na construção e implementação das políticas para as mulheres estão inseridos em uma dimensão mais ampla das políticas públicas – o fortalecimento da participação social como método de governo, tanto nos espaços formais (Conselhos, Conferências, Ouvidorias e Audiências Públicas) quanto em plataformas digitais e redes sociais.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres foi criada com base na premissa de que a participação social integra o processo de tomada de decisão governamental. Nesse sentido, a construção e monitoramento das políticas para as mulheres utilizam três instrumentos principais: o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres; as Conferências Nacionais; e o Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi criado em 1985, com o objetivo de promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra as mulheres e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País. Entre 1985 e 2010, as funções e atribuições do Conselho foram profundamente alteradas. Composto por

representantes da sociedade civil e do governo, de forma a ampliar o processo de controle social sobre as políticas públicas para as mulheres, o CNDM passou a integrar, em 2003, a estrutura da SPM/PR. Entre suas atribuições destaca-se apoiar a SPM/PR na articulação com instituições da administração pública federal e com a sociedade civil.

As Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres baseiam-se no protagonismo e na participação efetiva da sociedade civil nas políticas para as mulheres. São realizadas com a participação de delegados (as) de todos os estados da federação, dos diversos setores do movimento social, bem como de todas as áreas do Governo federal. Nesse momento todos os elementos que integram as políticas para as mulheres são discutidos e refletidos.

As Conferências aprovam diretrizes que são sistematizadas em um relatório final, que é incorporado ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) pela SPM/PR, em parceria com o Comitê de Monitoramento do PNPM.

Até o ano de 2014 foram realizadas três Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (2004, 2007 e 2011) e lançados três Planos de Políticas para as Mulheres (I PNPM, II PNPM e PNPM 2013-2015).

Os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres articulam as diretrizes definidas nas Conferências em torno de Objetivos, Metas e Ações a serem cumpridas. Para cada ação, por sua vez, é designado um ou mais órgão responsável, com indicação da fonte orçamentária junto ao PPA 2012-2015 que confere sustentabilidade financeira à ação.

3 – Fortalecimento da Política de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres

O fortalecimento da Política de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres foi outra grande conquista das mulheres brasileiras. A SPM/PR tem atuado diretamente ou em cooperação com organismos governamentais (nos três níveis de governo), com o Sistema de Justiça e com organizações não governamentais, em consonância com as diretrizes do *Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*².

O marco normativo das políticas de erradicação, prevenção e punição da violência contra as mulheres é a Lei 11.340/2006, nominada como *Lei Maria da Penha*.

Além da Lei Maria da Penha, merecem destaque na Política Nacional de Enfrentamento à Violência, por sua amplitude e pelo acesso direto e imediato por parte das mulheres, os seguintes programas:

- *Ligue 180*: é uma Central de Atendimento à Mulher, que recebe ligações gratuitas durante 24 horas do dia, durante todos os dias da semana. As atendentes recebem denúncias de violência contra a mulher, prestam informações e orientam as mulheres em situação de violência a buscarem os serviços da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, para a garantia de seus direitos. A Rede pode ser acessada diretamente pelo portal da Secretaria de

² O texto integral do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres está disponível em: <http://mulheres.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/Pacto%20Nacional/view>.

Políticas para as Mulheres (SPM/PR)³. O Ligue 180 recebe, em média, 2.000 ligações diárias, para informações e denúncias.

- *Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência*: formada por um conjunto de ações e serviços públicos especializados de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), que visam à melhoria da qualidade do atendimento às mulheres, sobretudo na identificação e no encaminhamento adequado daquelas em situação de violência. A Rede leva em conta toda a diversidade das mulheres brasileiras, em seus aspectos étnico-raciais, territoriais, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional.

- Programa “*Mulher: Viver sem Violência*”: uma das prioridades do atual Governo, o Programa consiste em um conjunto de ações estratégicas de enfrentamento à violência contra a mulher. Com o objetivo de conferir melhoria e rapidez no atendimento às vítimas da violência de gênero, são oferecidos em um mesmo local - a *Casa da Mulher Brasileira*, serviços públicos de segurança, justiça, saúde, assistência social, acolhimento, abrigamento e orientação para trabalho, emprego e renda. O programa inclui, adicionalmente, ônibus equipados para levar os mesmos serviços às mulheres do campo e da floresta, além de barcos equipados para levar os serviços a populações amazônicas. As Casas estão em fase de construção nas capitais estaduais, ao passo que praticamente todos os ônibus já foram entregues.

4 – Políticas de Autonomia Econômica

Entre os resultados obtidos pelo Brasil na promoção da autonomia econômica das mulheres, pode-se destacar:

- as mulheres foram titulares de 86,44% dos contratos do programa governamental “Minha Casa, Minha Vida” na faixa de financiamento destinada à renda familiar de até R\$ 1,6 mil por mês;

- as mulheres constituíram 66% de aproximadamente 800 mil matrículas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC/Brasil Sem Miséria; e

- o número de donas de casa de baixa renda seguradas pela Previdência Social ultrapassou 450 mil mulheres.

A promulgação da Emenda Constitucional nº 72, conhecida como “PEC das domésticas”, que equipara os direitos trabalhistas das/os empregadas/os domésticas/os aos demais trabalhadores e trabalhadoras representou uma grande conquista para esse segmento, predominantemente feminino.

b) ¿Cuáles son los tres, cuatro o cinco retos principales a los que se ha enfrentado el país en el logro de la igualdad entre los géneros y el empoderamiento de las mujeres desde la aprobación de la Declaración y Plataforma de Acción de Beijing y el vigésimo tercer período extraordinario de sesiones de la Asamblea General?

Entre os principais problemas identificados no período para a promoção da igualdade de gênero e empoderamento da mulher, destacam-se a persistência de uma cultura sexista e racista

³ www.spm.gov.br

no País, que redundam em todos os tipos de discriminação e violência, sobretudo contra as mulheres negras. Essa influência é observada tanto nas esferas institucionais como nas dinâmicas sociais. No âmbito estatal, as questões culturais manifestam-se, por um lado, na violência e no racismo institucional que incidem predominantemente sobre as mulheres e, por outro lado, no avanço do conservadorismo dos membros do Congresso Nacional.

Outros desafios a considerar são a baixa representatividade das mulheres em cargos de poder e decisão; a desigualdade de inserção e remuneração no mercado de trabalho entre mulheres e homens; a desigual divisão social do trabalho reprodutivo entre mulheres e homens; a garantia dos direitos sexuais e direitos reprodutivos; e a persistência da violência contra mulheres e meninas, apesar da legislação em vigor.

Ainda na categoria dos desafios, podemos citar a dificuldade em dar escala as políticas para as mulheres, devido à dimensão territorial continental do Brasil e à necessidade de pactuação entre o Governo federal e os demais entes da federação.

¿Por qué motivo se consideran retos principales?

Os efeitos de uma cultura sexista, misógina e racista têm impacto tanto no cotidiano das mulheres quanto nas estruturas do Estado, na medida em que a lógica hegemônica das áreas de conhecimento, como a economia, a administração pública, a saúde pública e outras ainda são construídas ou percebidas como predominantemente masculinas. Por essa razão, integrar a perspectiva de gênero na dinâmica do poder público constitui um grande e complexo desafio. O desafio é ainda maior quando se considera a dimensão territorial do País e sua estrutura federativa. Não basta realizar políticas públicas para as mulheres na esfera federal; é necessário que a perspectiva de gênero seja verticalizada, isto é, que seja assimilada pelos governos estaduais e municipais, que influenciam mais diretamente na vida das mulheres, pela atuação na localidade onde elas vivem. Significa dizer que a perspectiva de gênero precisa de maior destaque nas políticas públicas.

Tal dificuldade manifesta-se, igualmente, na implementação da Resolução de 13 de agosto de 2013 da Organização Latino Americana de Controle Externo (OLACEF). O texto recomenda que todos os órgãos de controle externo incorporem a questão de gênero em suas auditorias, pois um dos entraves para a avaliação das políticas públicas a partir da perspectiva de gênero e raça é ausência de dados desagregados.

O histórico alijamento das mulheres das esferas de poder e decisão permanece como um obstáculo à plena consolidação da democracia no país. Em 2013, as mulheres representavam 9,2% da Câmara dos Deputados, 8,6% do Senado e 7,4% dos governos estaduais e distrital.

No mercado de trabalho, a taxa de ocupação entre os homens é de 86,5%, enquanto para as mulheres é de 64%. No Brasil, em 2011, o rendimento-hora da população ocupada de 16 anos ou mais de idade do sexo masculino era de R\$11,10, contra R\$ 9,20 do sexo feminino. À medida que a escolaridade avança, o rendimento médio aumenta para ambos os sexos. No entanto, em todos os grupos analisados segundo o tempo de escolaridade, as mulheres recebem menos que os homens, mesmo tendo em conta que, em média, elas tenham maior escolaridade. Avaliadas sob a ótica das relações de gênero e raça, verifica-se, igualmente, diferenças significativas. Enquanto o rendimento-hora de uma mulher branca com 12 anos ou mais de

escolaridade era de R\$ 19,30, o de uma mulher negra era de R\$ 15,00 – uma diferença de R\$ 4,30 (Pnad 2011).

A menor taxa de ocupação das mulheres, bem como seus menores rendimentos em relação aos homens estão associados, ademais, à desigual divisão sexual do trabalho doméstico. A proporção de mulheres que declara realizar afazeres domésticos é de 68% e de homens 32%. Com o recorte somente entre a população ocupada, as mulheres têm uma taxa de participação de 59,3% e os homens, 41,7%.

Percebe-se grande dificuldade em assegurar o acesso a serviços no campo dos direitos sexuais e direitos reprodutivos. Alguns dos desafios nesse campo são: a recorrência da violência obstétrica; a valorização da cesárea (52,34% do total de partos, em 2010) em detrimento do parto natural; a lenta redução da mortalidade materna; e a violência institucional, que impõe barreiras no atendimento de mulheres em situação de aborto legal e em algumas situações de parto.

Com relação à mortalidade materna, resultados preliminares indicam que a redução acentuou-se nos últimos anos. Lamentavelmente, mais de 66% dos óbitos maternos ainda resultam de causas diretas relacionadas à gravidez – em grande medida evitáveis.

Outra observação relevante acerca do indicador de mortalidade materna: 4% dos óbitos registrados estão relacionados a abortos realizados em condições inseguras, situação que configura um problema de saúde pública de significativo impacto no País. Ainda que a legalização do aborto seja uma reivindicação histórica do movimento feminista, o tema encontra forte oposição do crescente setor conservador e religioso da sociedade, de grande influência no Poder Legislativo.

Apesar de todos os esforços envidados, a violência contra as mulheres mantém-se como um enorme desafio. Segundo dados da Vigilância de Violência e Acidentes – VIVA (2009), do Ministério da Saúde, as mulheres são as principais vítimas da violência doméstica e sexual, que as acompanha desde a infância até a terceira idade. Pesquisa recente do Data Senado (2013) sobre violência doméstica e familiar contra a mulher registrou que, no Brasil, cerca de 13,5 milhões de mulheres já sofreram algum tipo de agressão.

Considerando o caráter de premeditação e a intencionalidade, os homicídios contra as mulheres revelam o problema estrutural da violência institucional, caracterizada pela prática reiterada de preconceitos contra grupos socialmente excluídos – nesse caso, mulheres em situação de violência –, que criam obstáculos ao exercício pleno dos direitos por parte desses grupos. Em função de ações e omissões dos agentes públicos, o Estado torna-se responsável por oferecer atendimento desigual às/aos cidadãs/os, com base em características como sexo, cor/raça e idade, entre outras. A exclusão praticada pelos agentes públicos tende a reiterar ou agravar a situação de exclusão vivida por quem sofre violência cotidianamente.

Descreva la(s) estratégia(s) que se está(n) aplicando para abordar estos retos.

Para enfrentar esses desafios, o Governo brasileiro tem utilizado a estratégia de campanhas educativas amplas de sensibilização da sociedade, inserindo temas relacionados à igualdade de gênero nos meios de comunicação, em parceria com produtoras de televisão e telenovelas. Associa-se a essa estratégia o esforço da equipe de comunicação do Governo em pautar a mídia e dar relevância aos temas de gênero. Reafirma-se toda a atuação na formulação,

implementação e avaliação de políticas públicas da SPM/PR e de diversos os setores do Governo, com transversalidade que perpassa tanto os Ministérios, no âmbito nacional, quanto os órgãos que integram o âmbito subnacional (governos estaduais e municipais).

Com o objetivo de promover maior participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, a Lei 12.034/2009 determinou alterações nas leis 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos), 9.504/1997, e 4.737/1965 (Código Eleitoral). Entre as mudanças, está previsto um percentual mínimo de candidaturas femininas inscritas por partido para as eleições legislativas, bem como de dotação de tempo na propaganda eleitoral gratuita e de recursos para a campanha dessas candidatas. Os efeitos dessa mudança normativa já são perceptíveis. Houve aumento do percentual de candidatas, que passou de 20,3% do total de postulantes a cargo eletivo em 2010 para 31,9% em 2012, ano em que o cumprimento da nova legislação passou a ser obrigatório para todos os níveis.

Com relação à promoção da autonomia econômica, merece destaque o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) Brasil Sem Miséria. Desde o lançamento do Programa, em 2011, de um total de aproximadamente 800 mil matrículas efetuadas, 66% foram de mulheres. Por outro lado, o PNPM possui um eixo voltado para a “Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica”, em que uma das linhas de ação é incentivar as mulheres a ocuparem profissões tradicionalmente masculinas, como as ligadas à área da construção civil e de informática.

Uma das principais mudanças implementadas no Brasil, desde 2004, pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), está relacionada à ampliação do conceito de saúde da mulher a partir da incorporação de questões como, por exemplo, a garantia dos direitos sexuais e direitos reprodutivos. A PNAISM passou a considerar a desigualdade de gênero como fator de grande impacto sobre as condições da saúde da mulher. No âmbito dessa política, estão contempladas ações que envolvem melhoria da atenção obstétrica; planejamento familiar; atenção ao abortamento inseguro; combate à violência doméstica e sexual; prevenção e tratamento das doenças sexualmente transmissíveis e de câncer ginecológico e de pulmão. Além disso, a PNAISM reconhece e busca atender às especificidades e necessidades dos segmentos femininos historicamente alijados das políticas públicas, como as mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais, no climatério, as mulheres do campo e da floresta, as índias, as negras e quilombolas, as ciganas, mulheres em situação de privação de liberdade, portadoras de deficiência e moradoras de rua e.

No que tange às ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres articula instituições e serviços governamentais e não-governamentais, assim como a comunidade, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias efetivas para a atenção qualificada das mulheres em situação de violência. Com vistas a garantir a capilaridade do atendimento, a Rede é composta por serviços especializados e não especializados de diferentes setores, em especial da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde, responsáveis pelo atendimento imediato e adequado das mulheres em situação de violência. A promulgação da Lei nº 11.3402 - Lei Maria da Penha — e a criação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, (2005), foram dois marcos importantes para o fortalecimento da Rede de combate à violência no Brasil.

c) ¿Qué retrocesos/reveses se han experimentado en el camino hacia la igualdad entre los géneros y el empoderamiento de las mujeres desde la aprobación de la Declaración y

Plataforma de Acción de Beijing y el vigésimo tercer período extraordinario de sesiones de la Asamblea General (si son distintos de los que ya se han identificado en la sección b)?

¿Cuáles son los principales factores que han provocado dichos retrocesos?

¿Qué medidas de mitigación o de otro tipo, si las hay, se han aplicado para contrarrestar los retrocesos?

Desde a aprovação da Declaração e da Plataforma de Ação de Beijing (1995) não aconteceram retrocessos efetivos na construção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. No entanto, em razão da persistência da cultura sexista, misógina, racista e patriarcal, observa-se em diversos setores da sociedade, incluído o Congresso Nacional, o aumento do conservadorismo em discursos e pautas em discussão, bem como forte presença e intervenção das bancadas religiosas, em particular evangélicas, em temas caros aos movimentos feministas e de mulheres.

Entre os projetos de lei apresentados, chegou a ser apreciado um projeto que dispunha sobre a proteção integral do nascituro, no entendimento de que “nascituro é o ser humano concebido, mas ainda não nascido”. A aprovação da medida teria significado enorme retrocesso social, uma vez que implicaria na violação dos direitos fundamentais das mulheres. Atualmente, no Brasil, o aborto é legalmente permitido somente em casos de feto anencéfalo; risco de morte da gestante; ou em casos de gravidez resultante de estupro. Restringir ainda mais esses poucos casos de legalidade do aborto no Brasil seria um retrocesso inimaginável. Outro exemplo dessa onda conservadora foi a exclusão de conteúdo sobre igualdade de gênero do Plano Nacional de Educação (PNE). O projeto de lei original previa a igualdade de gênero como um princípio ou diretriz do PNE, porém, como resultado de diversas mobilizações contrárias, o tema foi retirado.

d) ¿Cuáles han sido los principales acontecimientos constitucionales, legislativos y/o jurídicos en la promoción de la igualdad entre los géneros y el empoderamiento de las mujeres?

Desde a realização da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, até 2013, foram aprovadas 132 leis, em diferentes áreas, que asseguram ou ampliam os direitos das mulheres brasileiras, respeitando sua diversidade.

Esse avanço normativo aumentou significativamente depois da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2003. Enquanto no período compreendido entre 1995 e 2002, foram aprovados 31 projetos de lei, de 2003 a 2013 foram integradas ao ordenamento jurídico 101 novas normas relacionadas aos direitos das mulheres.

Tabela 1. Quantidade de leis relacionadas à promoção da igualdade de gênero aprovadas no período de 1995-2013

Ano	Número de leis aprovadas
2013	06
2012	05
2011	17
2010	09
2009	12
2008	09

2007	11
2006	05
2005	08
2004	06
2003	13
2002	05
2001	05
2000	02
1999	03
1998	02
1997	03
1996	05
1995	06
TOTAL	132

Fonte: Senado Federal. Elaboração SPM/PR. Brasília-DF, 2014.

Entre as leis aprovadas, merecem destaque:

a) Lei nº 9.100, de outubro de 1995, que institui cotas para mulheres nas eleições para as Câmaras Municipais. Essa legislação, ampliada e aprimorada posteriormente (Lei nº 9.504/1997 e Lei nº 12.034/2009), foi resultado dos compromissos assumidos pelo Brasil na Conferência de Beijing;

b) Lei nº 9.797/1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer de mama;

c) Lei nº 10.224/2001, que inclui o assédio sexual no Código Penal;

d) Lei nº 10.421/2002, que estende à mãe adotiva o direito à licença maternidade e ao salário maternidade;

e) Lei nº 10.405/2002, que institui o Novo Código Civil;

f) Lei nº 10.683/2003 (Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003), que cria a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Legislações posteriores ampliaram o status da SPM/PR. A Lei 12.314, de 19 de agosto de 2010, incluiu a SPM/PR entre os órgãos essenciais da Presidência da República e atribuiu à sua dirigente o nível de Ministra de Estado. O Decreto nº 7.765, de 25 de junho de 2012 modificou a estrutura e ampliou os cargos da SPM/PR. Por sua vez, o Decreto nº 8030, de 20 de junho de 2013 revogou o anterior e reorganizou a SPM/PR, cuja estrutura passou a contar com uma Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres - SAE, além das Secretarias de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - SEV e Articulação Institucional e Ações Temáticas – SAIAT. O mesmo decreto criou a coordenação da Diversidade, na SAI, para reforçar a atenção às mulheres lésbicas, indígenas, idosas, jovens e com deficiência;

g) Lei nº 10.778/2003, que estabelece a notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher, atendidos em serviços de saúde públicos ou privados;

h) Lei nº 10.886/2004, que acrescenta parágrafo ao Código Penal, criando o tipo especial denominado “violência doméstica”;

i) Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher;

j) Lei nº 11.441/2007, que altera dispositivos do Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa;

k) Lei nº 12.227/2010, que cria o Relatório Anual Socioeconômico das Mulheres (RASEAM);

l) Lei nº 12.470/2011, que estabelece alíquota diferenciada de contribuição para o microempreendedor individual e o segurado facultativo sem renda própria, que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertença a família de baixa renda. Cabe mencionar que essa lei beneficia 360 mil donas de casa, possibilitando que mulheres de 18 a 59 anos dedicadas ao trabalho doméstico, com renda mensal de até dois salários mínimos (R\$ 1.356,00), possam contribuir para a Previdência Social com uma alíquota menor, equivalente a 5% do salário mínimo;

m) Lei nº 12.845/2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

Cabe registrar entre os avanços legislativos mais importantes, a ampliação dos direitos e a valorização do trabalho doméstico. O Congresso Nacional aprovou, em abril de 2013, a chamada PEC das Trabalhadoras Domésticas (Emenda Constitucional nº 72, de 02/04/2013), que altera a redação do parágrafo único do artigo 7º da Constituição Federal, para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre as/os trabalhadoras/os domésticas/os e as/os demais trabalhadoras/os urbanos/as e rurais. A medida garante 16 novos direitos a essa categoria trabalhista, em benefício de cerca de 6,5 milhões de trabalhadoras (as) domésticas (as). Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD), de 2011 93% desse total é composto por mulheres, das quais 62% são mulheres negras.

No campo jurídico, o Supremo Tribunal Federal tomou decisões de impacto na agenda de gênero, no âmbito dos direitos sexuais, direitos reprodutivos, autonomia das mulheres e enfrentamento à violência contra as mulheres, listadas a seguir:

a) A aprovação do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, em 2011. Com isso, os casais homossexuais passaram a ter os mesmos direitos e deveres que a legislação brasileira antes garantia exclusivamente para os casais heterossexuais;

b) A decisão histórica do Supremo Tribunal Federal (STF) que, no julgamento da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental N.º 54 (ADPF N.º 54), em 2012, determinou a constitucionalidade da interrupção da gravidez de fetos anencéfalos, ampliando a possibilidade do aborto legal para além do risco de morte da mulher e gravidez resultante de estupro;

c) A decisão de criação, em 2012, das Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, conforme previsto na Lei Maria da Penha;

d) O parecer positivo à constitucionalidade da Lei Maria da Penha - a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 4.424 e a Ação Declaratória de Constitucionalidade – ADC 19 colocaram em discussão se a ação penal depende da representação da vítima nos casos de violência doméstica contra a mulher. A primeira decisão do STF foi unânime e a segunda foi

favorável por 10 votos a um. As vitórias foram importantes para a aplicabilidade integral da lei, o fim do debate doutrinário e a possibilidade de celeridade nos processos judiciais.

No âmbito do Comitê sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Comitê CEDAW), o caso Alyne Pimentel, foi paradigmático, por simbolizar o respeito do Estado brasileiro pelo direito internacional e pelo reconhecimento de suas responsabilidades em caso de violações de direitos. Em agosto de 2011, o referido Comitê fez recomendações ao Brasil relacionadas com a responsabilidade do Estado em relação à violação de obrigações presentes na Convenção CEDAW, no caso, os direitos ao acesso à saúde, à justiça e, ainda, a obrigação do Estado-Parte de regulamentar as atividades dos prestadores de serviços de saúde privados. O Brasil cumpriu as recomendações do Comitê de oferecer reparações simbólicas e financeiras à mãe da falecida Alyne Pimentel, além de ter adotado medidas de caráter geral, voltadas para a melhoria das condições de acesso à saúde, redução da mortalidade materna evitável e treinamento e capacitação dos profissionais que operam na área da saúde. Essas medidas evidenciam o engajamento do país na garantia e promoção dos direitos das mulheres.

¿Qué leyes y/o reglamentos siguen aplicándose (o se han introducido) que podrían influir negativamente en la promoción de la igualdad entre los géneros y el empoderamiento de las mujeres en el país?

No período em análise, não foram introduzidas leis ou regulamentos que tenham influenciado negativamente na igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres.

e) ¿Qué porcentaje aproximado del presupuesto nacional se invierte en la promoción de la igualdad entre los géneros y el empoderamiento de las mujeres? Describa los esfuerzos por aumentar y hacer un seguimiento de las asignaciones presupuestarias y la planificación a nivel nacional asociadas al logro de la igualdad entre los géneros y el empoderamiento de las mujeres, en la elaboración de los presupuestos y planes de desarrollo a nivel nacional, regional/provincial y local.

O orçamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres vem aumentando progressivamente. Em 2014, o orçamento previsto está em torno de R\$ 200.000.000 (duzentos milhões de reais).

No entanto, a SPM/PR é responsável pela implementação de apenas uma parte das ações constantes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). Há diversas ações que afetam diretamente a vida das mulheres cujo desenvolvimento fica a cargo de outros ministérios. Por exemplo, as ações em prol da saúde das mulheres ficam sob a responsabilidade - e dentro do orçamento - do Ministério da Saúde. Ou seja, o orçamento nacional dedicado à promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres inclui todo o orçamento dedicado às mais de quatrocentas ações do PNPM. Em sua última edição, que cobre o período de 2013 a 2015, a SPM/PR teve o cuidado de localizar cada ação do PNPM no Plano Plurianual, o que tornou possível seu monitoramento dentro do Sistema Integrado de Monitoramento do Governo Federal (SIOP), mediante a organização da Agenda Transversal Políticas para as Mulheres.

A execução orçamentária de todas as ações do PNPM executadas por órgãos do Governo federal (isto é, que compõem a Agenda Transversal Políticas para as Mulheres do Plano

Plurianual), foi da ordem de R\$ 100.000.000.000 (cem bilhões de reais), detalhado em documento de referência⁴.

Ainda com base no PNPM, são utilizadas outras metodologias⁵ para calcular o Orçamento Mulher, adotadas por organizações de mulheres e feministas, assim como pelo poder legislativo. Uma delas consta do Siga Brasil, organizada pelo Senado Federal, em conjunto com a ONG feminista Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea). Essa metodologia de Orçamento Mulher pode ser encontrada no sítio do Senado Federal⁶.

Como mencionado anteriormente, os ganhos no âmbito do planejamento governamental foram muito significativos nos últimos Planos Plurianuais. Há objetivos e programas específicos que apontam para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. A metodologia adotada na elaboração do orçamento da União ainda não permite afirmar precisamente quanto foi gasto em determinado período com as mulheres no Brasil. Isso porque apesar dos avanços, não se dispõe de um orçamento elaborado a partir da metodologia de orçamentos sensíveis ao gênero, que permitiria rotular (etiquetar) todos os gastos destinados às mulheres. Sem a inserção dessa prática no sistema que elabora as propostas orçamentárias, não é possível calcular com maior precisão. O Governo brasileiro tem sensibilidade para incorporar a perspectiva de gênero nos códigos orçamentários. Tão logo uma metodologia adequada for posta em prática, será possível aferir os valores programados e os efetivamente investidos.

f) ¿Qué mecanismos se aplican en los diálogos periódicos entre el Gobierno y la sociedad civil? Si se aplican mecanismos, descríbalos brevemente. ¿Participan formalmente las organizaciones no gubernamentales, incluidas las organizaciones de la sociedad civil, las organizaciones de mujeres, las instituciones académicas, las organizaciones religiosas, el sector privado y otros agentes en los mecanismos establecidos para controlar y aplicar la Declaración y Plataforma de Acción de Beijing? En caso negativo, ¿cuáles son los principales obstáculos que impiden el establecimiento de dichos mecanismos?

A participação social na construção das políticas para as mulheres conta com várias instâncias de diálogo entre Governo e sociedade civil. São elas: o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres; os Conselhos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres; as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres; e o Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Além disso, as organizações de mulheres participam da gestão da política pública. Elas estão presentes no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural; nos Comitês Gestores do Programa de Organização Produtiva e do Programa de Documentação da Trabalhadora Rural; participam ativamente do Grupo de Trabalho de Gênero da Reunião Especializada da Agricultura Familiar do MERCOSUL (REAF); e integram os diferentes Grupos de Trabalho e/ou Comitês e Câmaras de Trabalho temporárias.

⁴ <http://mulheres.gov.br/pnpm/publicacoes/execucao-orcamentaria-2012-politicas-para-as-mulheres.pdf>

⁵ <http://www12.senado.gov.br/orcamento/documentos/programas-sociais/tematicomulher/2014/execucao/metodologia-orcamento-mulher>

⁶ <http://www12.senado.gov.br/orcamento/tematicomulher>

O *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher* (CNDM) foi criado em 1985, vinculado ao Ministério da Justiça, para promover políticas com o objetivo de eliminar a discriminação contra as mulheres e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País.

Entre 1985 e 2010, as funções e atribuições do CNDM foram significativamente alteradas. Em 2003, o Conselho passou a integrar a estrutura da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), composto por representantes da sociedade civil e do Governo, o que ampliou o processo de controle social sobre as políticas públicas para as mulheres.

Passou a contar, entre suas atribuições, com a tarefa de apoiar a SPM/PR na articulação com instituições da administração pública federal e com a sociedade civil.

O CNDM é integrado por 16 representantes governamentais, 21 representantes da sociedade civil, três representantes de notório saber e uma Conselheira emérita. As representantes da sociedade civil são divididas em duas categorias: na Categoria “A”, participam organizações de Redes e Articulações feministas e de Defesa dos Direitos das Mulheres; a categoria “B” corresponde a organizações de caráter sindical, associativo, profissional ou de classe que atuam na promoção dos direitos das mulheres.

Os *Conselhos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres* são instâncias de discussão e deliberação das políticas para as mulheres dos respectivos estados e municípios, com participação da sociedade civil. Cada um desses Conselhos possui regras e funcionamento individuais. Atualmente estão em funcionamento 22 Conselhos estaduais e 213 municipais.

As *Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres*⁷ determinam o protagonismo e a participação efetiva da sociedade civil nas políticas para as mulheres. As Conferências são realizadas com intervalo de 4 anos⁸, com a participação de delegadas de todos os estados da federação e de diversos setores do movimento social, bem como de todas as áreas do governo federal. Nos encontros todos os elementos que integram as políticas para as mulheres são objeto de discussão e reflexão. As resoluções das Conferências são sistematizadas, discutidas com os (as) representantes governamentais e, a partir das conclusões, são elaborados os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM).

Com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento das ações do Plano por cada um dos órgãos do Governo federal, foi criado o *Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Política para as Mulheres*. O Comitê foi instituído pelo Decreto nº 5.390, de 8 de março de 2005, e ampliado pelo Decreto nº 7.959, de 13 de março de 2013. Dele fazem parte todos os ministérios e órgãos que têm ações no PNPM (atualmente, 27 ministérios e outros seis

⁷ Em julho de 2004 realizou-se a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (1ª CNPM), com 1.787 delegadas que debateram as suas agendas e elaboraram o I PNPM. O processo como um todo envolveu mais de 120 mil mulheres em todas as regiões do país. Em agosto de 2007, ocorreu a 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2ª CNPM), com a participação de 200 mil mulheres das quais 2.800 constituíram a delegação na etapa nacional que sistematizou um conjunto de propostas e demandas ao Estado Brasileiro. A partir das resoluções da 2ª CNPM foi elaborado o II PNPM. A 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (3ª CNPM) ocorreu em dezembro de 2011, com aproximadamente 200 mil participantes em todo país e 2.125 delegadas na etapa nacional. Como resultado, temos o PNPM 2013-2015, com ainda maior inserção das temáticas de gênero em diversas frentes do governo.

⁸ Até o ano de 2014 foram realizadas 3 Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (2004, 2007 e 2011) e também lançados 3 Planos de Políticas para as Mulheres (I PNPM, II PNPM e PNPM 2013-2015)

órgãos governamentais e um não governamental - totalizando 34 membros titulares)⁹. Representantes do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres têm assento no Comitê. É função do Comitê zelar para que conceitos e práticas que atendam às necessidades específicas de promoção da equidade de gênero sejam incorporados às políticas governamentais de todas as áreas, nas diversas instâncias e fóruns governamentais e não governamentais.

g) ¿Qué tipo de cooperación principal a escala local, bilateral, subregional y/o regional se compromete el país a desarrollar para respaldar el intercambio de conocimientos y experiencias en el seguimiento y la aplicación de la Declaración y Plataforma de Acción de Beijing y los resultados del vigésimo tercer período extraordinario de sesiones de la Asamblea General?

O Brasil participa ativamente de todos os fóruns sub-regionais e regionais de promoção e defesa dos direitos das mulheres, defendendo enfaticamente que os compromissos acordados em Beijing (e na Conferência de População e Desenvolvimento do Cairo) estejam refletidos nesses espaços. Destacam-se a Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do MERCOSUL (RMAAM); a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) da Organização dos Estados Americanos (OEA); e a Mesa Diretora da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe da CEPAL. No período de 2004 a 2006, o Brasil ocupou a Presidência da CIM e de 2010 a 2013 esteve na Presidência da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe.

Cabe mencionar a experiência da Reunião Especializada da Agricultura Familiar no Mercosul (REAF), criada em 2004. Desde o início, a REAF conta com um Grupo de Trabalho de gênero - o GT de Gênero, cuja atuação levou à aprovação da primeira resolução sobre Diretrizes para Igualdade de Gênero em Políticas Públicas para a Agricultura Familiar pelo Grupo Mercado Comum– Mercosul/CMC/REC Nº 06/2008. A Resolução foi apresentada em conjunto com a antiga Reunião Especializada da Mulher (REM) – a atual Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul (RMAAM). Ainda no âmbito da REAF, foi executado o Programa Regional de Gênero no Mercosul, de 2010 a 2014, que debateu e aprofundou estratégias de efetivação de políticas para mulheres rurais na região.

A experiência da REAF e a ampliação do escopo do projeto de cooperação entre o Governo brasileiro, por meio do MDA, e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e

⁹ Órgãos governamentais que fazem parte do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: 21 ministérios: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; Ministério da Cultura- MinC; Ministério da Defesa – MD; Ministério da Educação –MEC; Ministério da Integração Nacional – MI; Ministério da Justiça – MJ; Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA; Ministério da Previdência Social – MPS; Ministério da Saúde – MS; Ministério das Cidades – Mcd; Ministério das Comunicações – MC; Ministério das Relações Exteriores – MRE; Ministério de Minas e Energia- MME; Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Ministério do Esporte – ME; Ministério do Meio Ambiente- MMA; Ministério do Planejamento,Orçamento e Gestão – MP; Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Ministério do Turismo – MTur. Casa Civil da Presidência da República mais 5 Secretarias com *status* de Ministério: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República Secom/PR; Secretaria dos Direitos Humanos - SDH/PR; Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial - SEPPIR/PR; Secretaria de Relações Institucionais - SRI/PR; Secretaria Geral/PR. Dois bancos públicos: Banco do Brasil – BB; Caixa Econômica Federal –CEF. Três outras unidades governamentais: Funai (dentro do MJ); IBGE (dentro do MP); Ipea (dentro da SAE/PR).

a Agricultura - FAO possibilitaram, ao longo de 2013, a realização de seminários e encontros regionais sobre Políticas para Mulheres Rurais. O resultado desse processo foi uma participação destacada das mulheres rurais na Conferência Regional da Mulher, realizada em São Domingos, em outubro de 2013, assim como na reunião sobre Mulheres Rurais no Ano Internacional da Agricultura Familiar, realizada em Santiago do Chile, em abril de 2014. Nesses foros, mereceram destaque temas como a produção de estudos e a qualificação das estatísticas rurais sob a perspectiva de gênero. Um dos obstáculos para alavancar as políticas públicas é a ausência de dados sobre as mulheres. Felizmente, observa-se não apenas preocupação com os avanços nos procedimentos de coleta de dados, mas também incursões positivas a partir das recomendações do Censo Agropecuário Mundial e do Seminário sobre Melhoramentos Estatísticos sob a Perspectiva de Gênero, realizado em Caxias do Sul, Brasil, em 2012.

Apesar das dificuldades e limitações de acesso a políticas públicas pelas mulheres rurais, constatou-se um novo momento na região com a possibilidade de ampliação de ações de cooperação e consolidação de espaços de debate sobre gênero nas institucionalidades existentes, em particular no Mercosul e na América Central e Caribe (CAC). Mais recentemente, a Comunidade de Estados Latino Americanos – CELAC - aprovou recomendações para que os Estados Nacionais aprofundem a agenda de igualdade de gênero. A recomendação oferece a possibilidade de um novo espaço de diálogo sobre o tema e possibilita uma nova frente de inserção das mulheres rurais no diálogo com os governos.

O Estado brasileiro ratificou todos os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos, assumindo, dessa forma, o dever de assegurar a igualdade de direitos e proibir todos os tipos de discriminação, a fim de garantir o pleno exercício dos direitos humanos.

No âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), o País tem mantido participação ativa em espaços como a Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW) e a Comissão Internacional de População e Desenvolvimento (CPD). Nesses foros, tem cumprido o compromisso de manter informado o Comitê CEDAW sobre a implementação da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, tendo apresentado o sétimo informe periódico em fevereiro de 2012.

Além da participação em organismos regionais e multilaterais de promoção e proteção dos direitos das mulheres, o Brasil mantém acordos de cooperação bilateral com diferentes países. Nos últimos anos, no âmbito do Programa Mulher Viver sem Violência, foram assinados (ou estão em vias de sê-lo) acordos com países vizinhos focados na implementação de políticas de assistência a mulheres migrantes em zonas de fronteira. É o caso dos Centros de Atendimento em Foz do Iguaçu, na tríplice fronteira com Argentina e Paraguai, e em Pacaraima, na fronteira amazônica com a Venezuela. Foram igualmente firmados Memorandos de Entendimento que preveem ações em outras áreas, como promoção e difusão de ciências para meninas e jovens pesquisadoras, em parceria com os Estados Unidos.

¿Qué resultados se han logrado a través de dichos esfuerzos? ¿Qué experiencia se ha adquirido?

O Brasil tem defendido, nos diferentes foros internacionais, a posição firme de avançar nas políticas de gênero delineadas pela Declaração e Plataforma de Ação de Beijing, assim como pelo Plano de Ação do Cairo, de População e Desenvolvimento, em particular no que se refere à saúde e aos direitos sexuais e direitos reprodutivos. Nesse sentido, participou ativamente na

construção do Consenso de Montevidéu de População e Desenvolvimento (2013), pelo qual os países da América Latina e Caribe comprometem-se a considerar, em suas políticas nacionais, temas como a atenção humanizada aos casos de abortamento, aos grupos LGBTI e aos diferentes tipos de família, entre outros.

Internamente, foi reativada a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (Decreto nº 8009, de maio de 2013, assinado pela Presidenta Dilma Rousseff), que contribuirá para a formulação de políticas e para a implementação de ações integradas relativas à população e ao desenvolvimento. Sua composição, ao reunir 14 órgãos do governo federal e 9 entidades da sociedade civil, reconhece a transversalidade dos temas abordados no programa de ação de Cairo e o engajamento que requerem para sua efetivação.

Como princípio da política externa e em resposta ao ODM 8, o País tem priorizado a cooperação Sul-Sul, direta ou triangular, com a participação de países desenvolvidos. As áreas que concentram a maior quantidade de projetos de cooperação são saúde e agricultura. O reconhecimento internacional da Lei Maria da Penha como modelo de legislação para o enfrentamento à violência acrescentou esta área de ação às principais demandas de terceiros países, de diferentes graus de desenvolvimento.

Destaca-se o curso “Formação em políticas públicas para a igualdade de gênero com ênfase em políticas para mulheres rurais e segurança alimentar”¹⁰, realizado em Brasília, em 2012, no âmbito do “Programa de Cooperação Técnica Brasileira: Agricultura, Segurança Alimentar e Políticas Sociais”. O curso teve por objetivo oferecer conteúdo teórico e prático de políticas transversais de igualdade de gênero, com base na experiência brasileira de institucionalização de programas e políticas, especialmente políticas desenvolvidas para as mulheres no âmbito rural e aquelas relacionadas à segurança alimentar.

Merecem destaque, ademais, as atividades de combate ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. A Secretaria de Políticas para as Mulheres, representada pela Secretaria de Enfrentamento à Violência, está implementando a Estratégia Nacional de Fronteiras, que consiste em ações de prevenção e atenção a mulheres em situação de violência, que se encontram em condições de maior vulnerabilidade nessas regiões.

Os investimentos têm sido dirigidos, em particular, ao fortalecimento e capacitação da Rede de Serviços nas regiões do Oiapoque (estado do Amapá, fronteira com a Guiana Francesa), onde foi inaugurada em 2011 uma Casa do Migrante; e de Pacaraima (estado de Roraima, fronteira com a Venezuela), onde foi inaugurado um Centro de Referência Binacional de Atenção a Mulheres e instituído um Comitê Binacional Fronteiriço Brasil-Venezuela de Combate a Violência contra a Mulher.

No âmbito da Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do MERCOSUL (RMAAM), contou-se com o apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento - AECID para a execução do projeto “Fortalecimento da Institucionalidade e da Perspectiva de Gênero no Mercosul”. Foram desenvolvidas iniciativas de diagnóstico do problema do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual na região e de harmonização da

¹⁰ Especialistas em segurança alimentar de países da África e Ásia, entre eles: Afeganistão, Argélia, Botsuana, Cabo Verde, Camboja, Colômbia, Cuba, Egito, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Indonésia, São Tomé e Príncipe, Líbano, Madagascar, Myanmar, Maldivas, Moçambique, Paquistão, Quênia, Quirguiz, República, Democrática do Congo, República dos Camarões, Saint-Kitts e Nevis, Sri-Lanka, Sudão, Tanzânia, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Tonga estiveram presentes.

atenção às mulheres nessa situação, que resultaram na publicação, em 2011, dos “Indicadores de Violência Doméstica Baseada em Gênero no MERCOSUL” e “La Trata de Mujeres con fines de explotación sexual en el MERCOSUR”. O diagnóstico está sendo aproveitado na Campanha “MERCOSUL Livre do Tráfico de Mulheres”, lançada em outubro de 2013. Ainda no contexto do mencionado projeto, foram elaboradas as “Diretrizes para uma Política de Gênero do MERCOSUL”.

A inserção da temática de gênero em outros foros de que o Brasil faz parte, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Foro Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) e no grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), tem promovido iniciativas como a Campanha da CPLP de Combate à Violência; a criação do Fórum de Mulheres do IBAS; e o Seminário do BRICS sobre População e Desenvolvimento.

Entre 2009 e 2013, foram estabelecidas iniciativas de cooperação transfronteiriça e bilateral, formalizadas por meio de Memorandos de Entendimento, com Argentina e Paraguai (2009); Estados Unidos da América (2010); Venezuela (2010); Portugal (2010); Argentina (2011); El Salvador (2011); Índia (2012); e Egito (2013).

Além da cooperação formalizada por meio de acordos, cabe mencionar as conversações com diferentes países visando a estabelecer parcerias para o desenvolvimento de ações conjuntas no campo da promoção e defesa dos direitos das mulheres, a exemplo da Índia, Paquistão, Azerbaijão e Nigéria, entre outros.

No marco dos acordos bilaterais, a Secretaria de Políticas para as Mulheres visitou e recebeu delegações de diferentes países, como Peru e Moçambique, entre outros, interessadas em conhecer as políticas desenvolvidas em nosso país para a igualdade de gênero e trocar experiências nesse campo.

¿Cómo se valora la cooperación? ¿De qué modos podría mejorarse la cooperación a fin de fortalecer el intercambio de conocimientos y experiencias en la aplicación de la Declaración y Plataforma de Acción de Beijing?

O modelo de institucionalidade da SPM/PR, as políticas nacionais de enfrentamento à violência de gênero e as políticas de promoção da autonomia econômica têm despertado o interesse de diversos países, em volume superior à capacidade de resposta pelos recursos humanos da Secretaria.

Para melhorar a cooperação, seria necessário contar com maior número de funcionárias. Ainda que muitos projetos contem com financiamento parcial de outras fontes, como agências internacionais e governamentais, há necessidade de maior volume de recursos e mais facilidade de acesso aos mesmos para viabilizar futuros projetos.

h) ¿De qué modo y en qué medida han facilitado o reforzado la aplicación de la Declaración y Plataforma de Acción de Beijing los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM) en general, y los ODM relacionados con el género en particular?

O Brasil avalia que os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio foram reducionistas em relação à Plataforma de Ação de Beijing. No escopo geral, faltou uma abordagem que

incorporasse de maneira transversal a perspectiva de gênero, bem como maior destaque ao combate à violência de gênero, que prejudica toda a agenda de empoderamento das mulheres.

No entanto, a existência de um Objetivo específico dedicado à promoção da equidade de gênero (ODM 3), e outro de melhorar a saúde materna (ODM 5), indicam que essas questões têm impacto direto no desenvolvimento humano.

Não obstante, o Brasil avançou no cumprimento dos objetivos e foi além – adotou metas nacionais ainda mais ousadas e, no caso das mulheres, a SPM/PR responsabilizou-se por acompanhar a evolução dos resultados. A maior parte dos Objetivos já foi atingida ou terá sido atingida até 2015, entre elas a igualdade de gênero.

Segunda sección: **Progresos en la aplicación de las principales esferas de preocupación de la Plataforma de Acción desde 2009**

(Longitud recomendada: 25 páginas)

a) **¿Cuáles son los progresos realizados en cada una de las 12 esferas de preocupación principales y sus objetivos estratégicos, así como las secciones pertinentes de los resultados del vigésimo tercer período extraordinario de sesiones de la Asamblea General? Proporcione pruebas concretas que lo justifiquen, incluidos datos estadísticos y otras fuentes relevantes.**

¿Se ha apoyado alguna de estas esferas mediante medidas legales, políticas nacionales, estrategias, planes, programas y/o proyectos desarrollados y ejecutados desde 2009? Proporcione ejemplos de dichas medidas.

¿Se realizó un seguimiento de estas medidas en las esferas correspondientes? Proporcione evaluaciones y datos estadísticos sobre los resultados logrados a través de estas medidas.

No que se refere às principais esferas de preocupação da Plataforma de Ação, houve, desde 2009, um conjunto expressivo de avanços no País, que são apresentados a seguir, em consonância com os doze principais temas da referida Plataforma.

TEMA A – A Mulher e a Pobreza

Uma das principais medidas do governo brasileiro para erradicar a pobreza é o Programa Bolsa Família (PBF), considerado o maior programa de transferência de renda do mundo. Criado em 2004, o PBF tem beneficiado famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, 67% delas compostas por pretos (as) e pardos (as). Em 2013, o Programa atingiu a marca de mais de 13,8 milhões de famílias, o que equivale a 49,7 milhões de pessoas. O perfil de beneficiário é urbano, feminino, de cor parda, com baixa instrução (69% não possuem ensino fundamental completo) e predominância de crianças e adolescentes. O pagamento dos benefícios é feito preferencialmente à mulher (Lei 10.836 de 2004 e Decreto nº 5.209 de 2004): elas representam a maior parcela (93,1%) dos cadastrados para receber o auxílio mensal (dados de dezembro de 2013). O PBF prevê que a concessão dos benefícios dependerá do cumprimento de condicionalidades, no que se refere a saúde, nutrição e educação. Condicionalidade de educação: crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculadas em escolas e ter frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência mínima de 75%. Condicionalidade saúde: crianças menores de 7 anos devem ter acompanhamento no que se refere ao cartão de vacinação e aos marcos de crescimento

e desenvolvimento . Mulheres na faixa de 14 a 44 anos devem fazer acompanhamento de sua saúde e, se forem gestantes ou nutrizas (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê. Por meio do Programa, foi possível acompanhar 14,7 milhões de mulheres no segundo semestre de 2013, garantindo-lhes informação sobre a sua saúde e, especialmente, sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos. Das mulheres acompanhadas, 198 mil estavam gestantes, e 99% dessas realizaram consultas de pré-natal. Além disso, o número de visitas dos agentes de saúde no pré-natal aumentou de forma significativa. As mães do PBF recebem em média 1,5 visita a mais que as mães de famílias não beneficiárias

Em novembro de 2011, o PBF começou a pagar o Benefício Variável Nutriz (BVN), para ajudar na nutrição dos bebês durante uma fase fundamental para seu desenvolvimento, que vai de zero a seis meses de vida. O valor é o mesmo do Benefício Variável R\$ 32. O Benefício Variável Nutriz começa a ser pago quando a criança com idade entre zero e seis meses é identificada no Cadastro Único, e termina após seis parcelas. Em dezembro de 2011 foi criado o Benefício Variável Gestante (BVG), destinado à proteção das mulheres grávidas e, conseqüentemente, aos seus bebês. O benefício consiste no pagamento de nove parcelas de R\$ 32, contadas a partir do momento em que a mulher é identificada pela rede de saúde como gestante. A medida representa um estímulo à realização dos exames de pré-natal. Dados de dezembro de 2013 indicavam o pagamento de 229.166 BVN e 203.929 BVG. Pesquisas apontam que o Programa Bolsa Família tem contribuído para a autonomia econômica das mulheres, dando-lhes visibilidade como consumidoras, bem como aumentando-lhes o poder nas decisões familiares. Isso decorre da capacidade de compra suscitada pelo benefício e da mudança na percepção das beneficiárias como cidadãs, o que se tornou possível especialmente, após obtenção de documentos como certidão de nascimento e carteira de identidade.

Além do Programa Bolsa Família, há também o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) que é atualmente a mais importante base de informações para a seleção e o acompanhamento de beneficiários de programas sociais no Brasil, permitindo a convergência de políticas públicas para a parcela mais pobre da população. Em abril de 2014, o Cadastro Único possuía 28 milhões de famílias com cadastros atualizados, o que corresponde a cerca de 86 milhões de pessoas em situação de baixa renda. As mulheres representam a maiorias das pessoas cadastradas, totalizando 55,4% do total.

Em 2 de junho de 2011, o Governo Federal lançou, por meio do Decreto nº 7.492, o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) com o objetivo de superar a extrema pobreza até o final de 2014. Com essa iniciativa, o Governo Federal reforçou o compromisso de incentivar o crescimento com distribuição de renda, reduzindo desigualdades e promovendo inclusão social. O Plano se organiza em três eixos: um de garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; outro de acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e um terceiro de inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades. O BSM propiciou, sobretudo, um aumento no valor dos benefícios pagos a famílias e um aumento do limite de benefícios relativos a crianças e jovens (de três para cinco) por família, gerando 1,3 milhão de novos benefícios.

Integrante do Plano Brasil sem Miséria, o Brasil Carinhoso visa aumentar a renda das famílias e ampliar o número de vagas em creches. O Brasil Carinhoso propiciou uma complementação da renda das famílias do PBF permitindo a superação da extrema pobreza do

ponto de vista da renda. O benefício começou a ser pago, em 2012, a famílias com pelo menos uma criança de 0 a 6 anos. Posteriormente, foi expandido para as famílias com filhos de 7 a 15 anos e, em 2013, para todas as famílias do Programa Bolsa Família que recebem menos que R\$ 70 /pessoa. Em março de 2014, quase 5 milhões de famílias recebiam o benefício. O Brasil Carinhoso incentiva os municípios a ampliar a oferta de vagas em creches, especialmente para crianças cadastradas no Bolsa Família, e a melhorar o atendimento oferecido nas unidades. Isso é feito por meio da oferta de mais recursos às prefeituras a cada vaga ocupada por crianças do Programa Bolsa Família. Em 2013, 3.451 municípios informaram possuir 453.465 mil crianças do Bolsa Família matriculadas em creche, habilitando-os a receber um total de R\$ 553 milhões em repasses adicionais.

A inclusão produtiva urbana é um eixo central do plano Brasil Sem Miséria, dentre as ações destacamos:

- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) – Brasil Sem Miséria: em abril de 2014, o Pronatec atingiu 1,137 milhão de matrículas dos quais 68% (773 mil) são mulheres, superando a meta de um milhão de pessoas, estabelecida para o final de 2014. Atualmente são oferecidos 539 tipos de cursos que incluem as áreas de construção civil, serviços, hotelaria, comércio, bares e restaurantes, cuidador de idoso, operador de computador, eletricitista, auxiliar administrativo, entre outras. Muitos cursos são acessíveis a pessoas com pouca escolaridade.

- Mulheres Mil: Promove a formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social, utilizando uma metodologia baseada em reconhecimento de saberes das mulheres. Universo de beneficiadas: 11 mil mulheres, em 2011; mais 10 mil, em 2012; e 20 mil, em 2013.

- Microcrédito: O Programa Crescer de Microcrédito Produtivo Orientado tem como objetivo facilitar o acesso de micro e pequenos negócios ao crédito orientado como forma de incentivo ao crescimento desses empreendimentos, à formalização de empreendimentos e à geração de trabalho e renda. O programa é baseado em taxas de juros mais baixas, mais dinheiro disponível e menos burocracia para a tomada de crédito. Nas operações de crédito, 71% dos empreendedores são mulheres (perfil CadÚnico, dez 2013).

- Inclusão Produtiva Rural: O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais integra a estratégia de inclusão produtiva rural do Plano Brasil Sem Miséria, contribuindo para combater a pobreza e a extrema pobreza no campo. Consiste em duas ações: i) a assistência técnica e extensão rural (Ater) especializada na pobreza rural e; ii) a transferência de recursos não reembolsáveis diretamente para as famílias beneficiárias. Esses recursos apoiam o desenvolvimento do projeto produtivo de cada família e permitem ampliar ou diversificar a produção de alimentos e as atividades geradoras de renda. Criado pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, o Programa consiste em um desdobramento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e, assim como o Programa Bolsa Família, dá prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar. Desta maneira, o Programa incentiva o protagonismo das mulheres agricultoras em todo o processo produtivo, que vai desde a decisão em relação a que projeto de estruturação produtiva a família vai executar até a participação nas próprias atividades produtivas, às quais visam promover a segurança alimentar e nutricional da família e a geração de trabalho e renda.

- Acesso à Água: Há mais de 10 anos, o Governo Brasileiro implementa o Programa Cisternas, cujo público-alvo prioritário são famílias de baixa renda, residentes no meio rural da região do semiárido brasileiro, que não disponham de fonte de água ou de um meio de armazená-la suficientemente adequado para o suprimento das necessidades básicas familiares. O objetivo do Programa é garantir o acesso à água de consumo em quantidade e qualidade suficientes para a segurança alimentar e nutricional da população rural, possibilitando a convivência sustentável durante períodos longos de estiagem. A cisterna é uma tecnologia popular de baixo custo para a captação e armazenamento de água da chuva: é escavada no terreno, tem a sua estrutura externa edificada com concreto e o revestimento interno com placas formadas por mistura de areia fina e cimento. Com capacidade para 16 mil litros de água, cada cisterna supre a necessidade de consumo de uma família de cinco pessoas por um período de estiagem de oito meses. Considerando que é frequentemente atribuído à mulher o papel de provisão de água no domicílio, esta é diretamente beneficiada pelo Programa. Além disso, o Programa possibilita a participação da mulher em atividades de mobilização e capacitação para auxílio na construção das cisternas e no tratamento e no uso da água. De 2003 a 2013, foram construídas mais de 720.000 cisternas de água para consumo humano.

- Programa de Aquisição de Alimentos: Dentre as estratégias para combater a pobreza no meio rural e fomentar a inclusão produtiva das mulheres agricultoras, encontra-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por meio do qual são adquiridos alimentos, diretamente da agricultura familiar e de suas organizações, destinados a instituições sociais e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Tem-se buscado incentivar a participação das mulheres agricultoras como fornecedoras do Programa, em grupos ou individualmente. De acordo com a Resolução Nº 44, de 16 de agosto de 2011, 5% do orçamento geral do PAA devem ser aplicados na compra de produtos de organizações exclusivas ou com predominância da participação de mulheres. Além disso, as propostas de compra deverão conter uma proporção mínima – entre 30% e 40% - de produtores do sexo feminino em relação ao total de produtores fornecedores. Destaca-se que o percentual de mulheres que participam do Programa tem aumentado: de 26%, em 2011, para 29%, em 2012; em 2013, a participação alcançou 37% de mulheres. Com o objetivo de ampliar a participação de mulheres no Programa, têm sido realizadas atividades de capacitação, divulgação e mobilização.

TEMA B – Educação e Capacitação da Mulher

O Governo Brasileiro vem trabalhando pela autonomia crescente das mulheres, assim como pelo exercício e pela ampliação dos direitos destas, mediante a inclusão da perspectiva de gênero em políticas públicas voltadas para relações de poder, participação política, educação, cultura, saúde e diversidade. Uma das principais formas de atuação é financiamento de projetos propostos por governos municipais e estaduais, ou ainda, por entidades de direito privado sem fins lucrativos em todas estas áreas. Entre 2004 e 2013, foram publicados Editais de Pesquisa em Gênero, Mulheres e Feminismos, do Programa Mulher e Ciência (<http://www.cnpq.br/web/guest/mulher-e-ciencia>), com investimento de R\$ 21 milhões, em apoio a 721 projetos. Na área de educação, o Governo Brasileiro organiza também, o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, com o objetivo de viabilizar as transformações culturais e de difundir, por meio da educação e da formação de valores, atitudes não discriminatórias e libertárias. Nesses nove anos de existência, o Prêmio teve 26.864 inscrições em todas as suas categorias; a cada edição, os trabalhos premiados são publicados em livro e divulgados à

sociedade. Outra iniciativa na área de educação é a chamada pública “Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação”, que seleciona e apoia financeiramente propostas de projetos com foco no estímulo à formação de mulheres para as carreiras de ciências exatas, engenharias e computação no Brasil. No ano de 2013, foram selecionadas 325 propostas, nas quais foram investidos R\$ 11 milhões, além de bolsas para estudantes e professoras/es do ensino médio. Este programa visa combater a evasão que ocorre principalmente nos primeiros anos dos referidos cursos e despertar o interesse vocacional de estudantes do sexo feminino do ensino médio e da graduação por estas profissões e para a pesquisa científica e tecnológica. Entre 1996 e 2008, obtiveram título de doutorado no Brasil 43.228 homens e 42.424 mulheres. O maior número de homens entre os doutores titulados no Brasil é, no entanto, um fenômeno que terminou no ano de 2004. Naquele ano, o Brasil titulou em programas de doutorado 3.991 homens e 4.085 mulheres. A partir de então, o número de mulheres tituladas tem sido superior ao de homens. Apesar disso, nos extremos da distribuição do emprego por sexo encontram-se as engenharias, nas quais menos de um terço dos empregados eram mulheres, e a grande área de linguística, letras e artes, nas qual as mulheres representam dois terços dos doutores empregados. As demais áreas distribuem-se em escalas intermediárias. (Capes, MEC).

Em 2005, a SPM, em parceria com Conselho Britânico, construiu proposta de curso de formação de professoras/es da rede pública de educação nas sistemáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual. A partir desta iniciativa surgiu o Programa Gênero e Diversidade na Escola, que no período 2005 a 2013 possibilitou a capacitação de mais de 40 mil professores e professoras do ensino médio em gênero, raça e sexualidade.

O Governo Federal tem investido fortemente na infraestrutura de educação infantil, por meio da inscrição do Programa Proinfância – Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos da Rede Escolar Pública de Educação Infantil, criado em 2007 no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevê a construção de 6 mil creches e pré-escolas (crianças de 0 a 5 anos), para o período de 2011-2014, com aplicação de R\$ 7,6 bilhões. O Plano Nacional de Educação (2011-2020) prevê a universalização do atendimento de crianças de 4 a 5 anos, até 2016, e a ampliação da oferta de creches, até 2020, a fim de atender 50% da população até 3 anos. Segundo dados da PNAD, a proporção de crianças de 0 a 3 anos que frequentam creches tem aumentado progressivamente, passando de 17,1%, em 2007 para 18,9%, em 2009, e para 21,2%, em 2012. Observou-se também aumento do número de matriculados em período integral no ensino fundamental (alunos de 6 a 14 anos), de 1,3 milhão, em 2010, para 3,1 milhões, em 2013. Apesar destes avanços, o total de alunos que passam o dia na escola é de apenas 10% do total de 29 milhões que estavam matriculados no ensino fundamental até dezembro de 2013.

TEMA C – A Mulher e a Saúde

Na área da saúde da mulher, um dos marcos foi a incorporação da perspectiva da diferença, respeitando as demandas particulares das mulheres de diversos pertencimentos ou situações sociais. Dessa forma, as ações são direcionadas para diversos segmentos: mulheres indígenas, negras, lésbicas e bissexuais, adolescentes, jovens e idosas, que são consideradas em contextos diversos como em situação de prisão, residentes no campo, em situação de violência e mulheres vivendo com HIV/Aids, entre outras.

Outro marco importante foi a redução do índice de mortalidade materna. O Governo Federal lançou em 2011 a Rede Cegonha (RC), que visa a assegurar o direito à atenção humanizada a mulheres durante o pré-natal, parto/nascimento, puerpério, abortamento, planejamento reprodutivo, bem como a atenção infantil em todos os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). A redução da mortalidade materna e neonatal é objetivo central da RC. A promoção da Atenção Integral à Saúde das Mulheres e a implementação da Rede Cegonha envolvem, de maneira ampla: a defesa dos direitos humanos; o respeito à diversidade cultural, étnica e racial e às diferenças regionais; a promoção da equidade; o enfoque de gênero; a garantia dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos de mulheres, homens, jovens e adolescentes; a participação e a mobilização social. A implementação da Rede Cegonha dá-se mediante a qualificação do modelo de atenção à gravidez, parto e nascimento, aborto e puerpério atualmente são 5.488 municípios aderidos ao componente pré-natal, o que significa 98,5%. O governo brasileiro desenvolveu o banco de dados SISPRENATAL WEB para o acompanhamento de gestantes durante o pré-natal. Esse banco de dados vem sendo utilizado por 4.666 municípios e desde a sua implementação já foram cadastradas 1.013.032 gestantes.

Outra ação importante na qualificação do pré-natal foi a disponibilização aos municípios de insumos estratégicos como o teste rápido de gravidez, e a distribuição e monitoramento de teste rápido de sífilis e HIV, como também a distribuição de manuais técnicos (Cadernos de Atenção Básica ao Pré-Natal) e de balanças para todas as Unidades Básicas de Saúde. Nessa linha, foi também intensificado o processo de qualificação da atenção e da gestão em 32 maternidades prioritárias, de modo a acelerar a redução da morte materna e promover a maternidade segura. Nestas maternidades foram realizados seis seminários sobre boas práticas para promover a maternidade segura, com a participação de 400 profissionais.

No que se refere à qualificação da atenção ao parto e nascimento, por meio da adoção de boas práticas baseadas em evidências científicas (OMS, 1996), foram abertas vagas de residência em enfermagem obstétrica total de 142 alunos cursando residência em enfermagem obstétrica. Além de 300 vagas conveniadas com UFMG e IES parceiras. Em 2013, foram também oferecidas vagas de Aprimoramento de Enfermeiras Obstétricas para 40 profissionais da UFF e da rede do município do Rio de Janeiro. Para 2014, foram oferecidas 184 vagas no 1º semestre (UFMG e UFRJ). Ainda em relação à qualificação profissional, 200 profissionais, entre médicos e enfermeiros obstétricos, atuantes na Amazônia Legal e na região Nordeste foram capacitados em 2011/2012. Para 2014, está prevista a capacitação de mais 550 profissionais. Além disso, entre 2011 e 2013, 407 parteiras tradicionais foram também formadas e receberam o “KIT parteira”

Saúde sexual e saúde reprodutiva: No escopo dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, foi elaborado um conjunto de materiais informativos sobre métodos contraceptivos (“Guia para Implantação do Teste Rápido de Gravidez na Atenção Básica”, folders e cartazes), na intenção de informar a população sobre seus direitos. Uma das ações da RC é a implantação do Teste Rápido de Gravidez (TRG) em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS), com o objetivo de oferecer às usuárias acesso à detecção precoce da gestação, com acolhimento da equipe de Atenção Básica (AB) e orientações baseadas nas necessidades singulares de cada mulher. Dessa forma, foram adquiridos e distribuídos os seguintes contraceptivos: pílula combinada, pílula de emergência, minipílula, injetável mensal, injetável trimestral, DIU e diafragma. Além disso, em parceria com a ABENFO, foram realizadas capacitações em Planejamento Reprodutivo para 1.400 enfermeiros, atuantes na Amazônia Legal e na região

Nordeste; como também a realização de curso sobre ultrassonografia em saúde da mulher, para 80 profissionais, em parceria com o Hospital do Sírio Libanês (PROADI).

HIV/aids, sífilis e hepatites virais: em 2007, foi lançado o Plano Integrado de Enfrentamento à Feminização da HIV/Aids e outras DSTs. Seu objetivo central é a promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva, a partir do desenvolvimento de ações intersetoriais destinadas a acelerar o acesso aos insumos de prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento das enfermidades sexualmente transmissíveis e da Aids, para as mulheres das diferentes regiões de nosso país.

Câncer: o Plano de Ação para o Controle do Câncer de Mama e de Colo do Útero no Brasil está fundamentado na Política Nacional de Atenção Oncológica (Portaria GM nº 2439/2005). No período de 2003 a 2008, observou-se, no Sistema Único de Saúde (SUS), um aumento no número de mamografias, de biópsias de mama e de exames citopatológicos, bem como uma redução do tratamento cirúrgico mais radical e mutilador.

Violência contra mulher e aborto legal: planejamento de ações intersetoriais que visam evitar a revitimização das pessoas em situação de violência sexual no âmbito do *Programa Mulher, Viver sem Violência*; fomento à organização de serviços para atenção a pessoas em situação de violência sexual e para a interrupção da gestação nos casos previstos em lei, por meio da publicação de portarias e a criação de procedimentos com remunerações específicas para essa atenção; capacitação de profissionais de saúde em relação ao tema. A Portaria nº 485/2014 redefine o funcionamento do Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual. Essa portaria trata da estruturação de serviços de referência, inclusive aqueles em condições de realizar a interrupção da gestação prevista em lei, bem como do cadastramento desses serviços no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Essa iniciativa é de extrema relevância para que se comece a conhecer e publicizar, em âmbito nacional, a oferta da atenção em saúde a esse público no SUS, seja por meio dos serviços de referência que ofertam atenção integral, seja por meio dos serviços que compõem a rede de atendimento a pessoas em situação e violência sexual nos territórios.

Serviços de Referência para Interrupção de Gravidez nos casos previstos em Lei: o principal incentivo para a organização da atenção integral nos casos de interrupção da gestação é a criação do procedimento “**Interrupção da gravidez/antecipação terapêutica do parto por razões médicas e legais**” na Tabela SUS. Com a criação deste procedimento, ficou estabelecida uma remuneração diferenciada, que representa mais que o dobro do valor atual.

As ações listadas acima indicam que o governo federal tem investido na ampliação da rede de serviços à saúde integral da mulher, responsabilidade compartilhada com as secretarias estaduais, do Distrito Federal, e municipais. A redução do aborto como causa de mortalidade materna evidencia que este atendimento tem crescido – os óbitos de mulheres atribuídos ao aborto caíram de 16,6 por cada 100 mil crianças nascidas vivas, em 1990, para 3,1 por 100 mil nascidos vivos, em 2011. O aborto, que nos anos 90 era a principal causa de morte materna, figura hoje na quinta posição, respondendo por 5% dos casos, atrás de hipertensão arterial (20%); hemorragia (11%); doenças cardiovasculares (hipertensão crônica, complicadas pela gravidez) – 9%; e infecções pós-parto (6%).

No SUS, registram-se os abortos realizados conforme as situações previstas legalmente (abortos legais), ou seja, quando não há outro meio de salvar a vida da mãe, quando a gravidez resulta de estupro (Art. 128 do Código Penal Brasileiro), e nos casos de anencefalia.

Em 2013, foram registrados **1.521** casos de abortos legais em todo o país; em 2012, foram **1.613** e, em 2011, **1.495** casos. Esses procedimentos foram realizados por estabelecimentos de saúde com serviço de obstetrícia, em todo o país, sendo, respectivamente, 219, em 2013; 210, em 2012; e 223, em 2011.

TEMA D – A Violência contra a Mulher

O enfrentamento a violência contra a mulher e a discriminação de gênero requer a ação conjunta dos diversos setores da sociedade (saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outros). O maior avanço no tema violência contra a mulher foi a publicação da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Houve avanços também na implementação com convenções e tratados internacionais ratificados pelo Brasil, tais como, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1981) e a Convenção Internacional contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas (Convenção de Palermo, 2000).

A Lei Maria da Penha é o ponto central da Política Nacional de Enfretamento à Violência. Na **dimensão da prevenção**, a Política Nacional prevê o desenvolvimento de ações que desconstruam os mitos e estereótipos de gênero e que modifiquem os padrões sexistas, perpetuadores das desigualdades de poder entre homens e mulheres e da violência contra as mulheres. Na **dimensão do combate** à violência contra as mulheres, o foco está no estabelecimento e cumprimento de normas penais que garantam a punição e a responsabilização dos agressores/autores de violência contra as mulheres. Na **dimensão da garantia dos direitos** humanos das mulheres, a Política Nacional deverá cumprir as recomendações previstas nos tratados internacionais na área de violência contra as mulheres (em especial aquelas contidas na Convenção de Belém do Pará e na CEDAW). Por fim, na **dimensão da assistência** às mulheres em situação de violência, a Política Nacional deve garantir o atendimento humanizado e qualificado por meio da (i) formação continuada de agentes públicos e comunitários; da (ii) criação de serviços especializados (Serviços de Abrigamento, Centros Especializados de Atendimento às Mulheres, Juizados Especializados em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Promotorias Especializadas, Defensorias da Mulher, Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres, e Serviços de Saúde Especializados); e, da (iii) constituição/fortalecimento da Rede de Atendimento (articulação dos governos Federal, Estadual/Distrital, Municipal e da sociedade civil para o estabelecimento de uma rede de parcerias para o enfrentamento da violência contra as mulheres, no sentido de garantir a integralidade do atendimento).

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, lançado em 2007, orienta a execução de políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres no País e se refere a ações de enfrentamento à violência contra as mulheres previstas na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e em todas as edições do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. O Pacto cria um compromisso do Estado e estimula a criação de Organismos de Políticas para as Mulheres por meio da assinatura de um acordo federativo entre o governo federal e os governos dos estados e dos municípios brasileiros para o planejamento de ações que consolidam a Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, por meio da implementação de políticas públicas integradas em todo território nacional.

Programa Mulher Viver sem Violência

Lançado em março de 2013, o Programa “Mulher: Viver sem Violência” configura um conjunto de ações para combater as várias formas de violência contra as mulheres, no sentido de assegurar e garantir o acesso ao atendimento integral e humanizado. O Programa cumpre a Lei Maria da Penha que determina, em seu art. 8º, - “Política Pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais”; e, em seu parágrafo I - “a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação”.

O Programa “Mulher: Viver sem Violência” possui cinco estratégias de ação:

1. Criação da Casa da Mulher Brasileira;
2. Ampliação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180;
3. Criação dos Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteiras secas;
4. Organização e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual;
5. Campanhas continuadas de conscientização.

A implementação do Programa prevê o investimento de R\$ 265 milhões pelo Governo Federal, no período 2013-2014, assim distribuídos: R\$ 16 milhões para a construção e equipagem das Casas da Mulher Brasileira; R\$ 25 milhões para a ampliação da Central de Atendimento às Mulheres – Ligue 180; R\$ 20 milhões para a adequação dos espaços físicos dos IMLs e da Rede Hospitalar de Referência, bem como para a capacitação de agentes da saúde e de segurança pública para o adequado atendimento às mulheres vítimas de violência sexual; R\$ 440 mil para o fortalecimento dos Centros de Fronteira existentes; R\$ 500 mil para a estruturação de novos Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteira secas; e, R\$ 100 milhões para a realização das campanhas.

Em 2003, data da criação da SPM/PR, havia apenas 331 serviços especializados na rede pública de atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: 36 Centros de Referência Especializados de Atendimento à Mulher (CREAM), 43 Casas Abrigo, 4 Defensorias e 24 DEAMs/PAMs. Em 2007, após a publicação da Lei Maria da Penha e a criação do Pacto Nacional, a rede foi ampliada em 161%, passando para 589 serviços especializados: 110 Centros de Referência Especializados de Atendimento à Mulher (CREAM), 63 Casas Abrigo, 24 Defensorias, 338 DEAMs/PAMs, 47 Juizados e Varas Adaptadas e 7 Promotorias/ Núcleos de Gênero no Ministério Público. Em maio de 2013 - ano em que a SPM completou uma década de existência - a rede aumentou mais de 300%, passando a abranger 988 serviços especializados: 382 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, 128 Núcleos especializados em delegacias comuns, 222 Centros de Referência Especializados de Atendimento à Mulher, 72 Casas-Abrigo, 48 Defensorias Especializadas, 40 Promotorias Especializadas, 50 Juizados Especializados e 46 Varas especializadas. Além desses, registrou-se também 552 serviços de atendimento às mulheres em situação de violência sexual e doméstica e 14 serviços de educação e responsabilização dos agressores. Entre 2013 e 2014, foram entregues 54 Unidades Móveis para atender mulheres do campo e da floresta.

A Central de Atendimento às Mulheres – Ligue 180 é também parte central da Política Nacional de Enfrentamento à Violência. Trata-se um serviço de utilidade pública que orienta as mulheres em situação de violência sobre os seus direitos. Funciona 24 horas, todos os dias, inclusive finais de semana e feriados. Criada em 2005, o Ligue 180 já realizou mais de três

milhões de atendimentos. Em 2012, foram 732.468 registros, com média de mais de 2 mil atendimentos por dia, com as seguintes características: informações prestadas, em sua maioria, sobre a rede de serviços, leis e direitos das mulheres (36,9%); encaminhamento para serviços (17,5%); encaminhamentos para outros serviços de telefonia (32,8%), a exemplo do Disque 100 (Direitos Humanos), 190 (Emergências Policiais), e 193 (Emergências Bombeiros); elogios, reclamações ou sugestões (0,7%); e, relatos de violência (12,1%). Dos 88.685 relatos de violência, 56,6% foram de violência física; 27,6%, psicológica; 11,7%, moral; 1,9%, sexual; e, 1,6% de violência patrimonial, além de 430 registros de cárcere privado, e 58 de tráfico de mulheres. Dos relatos de violência, em 88,9% dos casos, o agressor possuía relação de afeto com a vítima (marido, cônjuge, namorado, atual ou ex); em 59,1%, a violência ocorria diariamente; em 85%, a agressão era presenciada ou sofrida por filhos e filhas; e, em 53,8% dos casos relatados de violência há risco de morte. Desde novembro de 2011, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 ampliou o serviço para as brasileiras que vivem em Portugal, Espanha e Itália. A missão do Ligue 180 internacional é diminuir a vulnerabilidade da brasileira emigrante. De janeiro a dezembro de 2012, a Central recebeu 192 ligações internacionais, que geraram 179 atendimentos: 37,50% provenientes da Espanha, seguidos por Itália (31,25%) e Portugal (22,5%). Surpreendentemente 8,75% das ligações chegaram de outros países: El Salvador, França, Suíça, Inglaterra e Luxemburgo; e houve também ligações para os números de atendimento internacional vindos do Ligue 180 do próprio Brasil. O tipo de demanda mais frequente no atendimento internacional foram os encaminhamentos para serviços - 46,02% dos registros. Na sequência, aparecem os relatos de violência (33,52%), e as demandas por informações (17,32%), as reclamações (5,59%) e elogios (0,56%). Dos relatos de violência registrados pela Central, provenientes de ligações internacionais, os tipos de violência mais relatados foram: física, em 51,67% dos atendimentos; violência psicológica, em 33,33%; violência moral, em 6,67%; e casos de tráfico internacional de pessoas, em 5% dos registros. Houve ainda situações de cárcere privado (1,67% dos registros), e de violência patrimonial (também em 1,67% dos registros). Não houve relatos de violência sexual no âmbito do atendimento internacional, em 2012. Em 84,12% dos relatos, os autores de violência eram cônjuges, companheiros ou ex-cônjuges das vítimas. Assim como estatísticas das ligações nacionais da Central de Atendimento, os dados das ligações internacionais de 2012 revelam que, em 62,16% dos casos relatados, a violência ocorria diariamente e, em 21,62% dos relatos, semanalmente. Ou seja, em 83,78% dos casos a violência ocorre com alta frequência. Ao mesmo tempo, em 66,67% dos casos, identificou-se o risco de que os relatos válidos de violência culminassem em morte das vítimas. ; e em 85% dos casos relatados, filhos e filhas presenciaram a violência. Desde 2008, a Central de Atendimento vem atuando em parceria com a Polícia Federal para o envio das denúncias de tráfico de pessoas. Em junho de 2012, a partir de uma ligação chegada ao Ligue 180, a Polícia Federal brasileira, em parceria com a polícia espanhola, desbaratou uma quadrilha em Ibiza, na Espanha, onde foram encontradas 15 brasileiras em situação de exploração sexual e cárcere privado. Em janeiro de 2013, uma ligação feita para a Central gerou a investigação que desbaratou uma quadrilha em Salamanca, também na Espanha, quando foram encontradas duas brasileiras em situação de exploração sexual. A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 já recebeu quatro prêmios: na categoria “Serviço de Atendimento ao Público”, do Prêmio ABT, e na categoria “Comunitário/Cidadania”, do Prêmio Nacional de Teleserviços, ambos em 2010. Em 2012, a Central foi novamente premiada na categoria “Comunitário/Cidadania”, do Prêmio Nacional de Teleserviços, com um case sobre a experiência do atendimento a brasileiras no exterior; esse mesmo case concorreu, também 2012,

ao Prêmio Latino-americano de Melhores Organizações para a Relação com Clientes, no qual foi laureado como “ouro” na categoria “Responsabilidade Social”.

Os Centros de Atendimento às Mulheres nas Fronteiras são serviços especializados, adaptados à realidade das fronteiras, para mulheres em situações de vulnerabilidade pela condição de migrantes. Representam uma iniciativa para promover a cooperação com os países vizinhos e a articulação com serviços dos municípios fronteiriços, garantindo atendimento adequado e integral dos dois lados da fronteira e para nacionais de todos os países. Os três centros já existentes e que serão reestruturados são os de Pacaraima, no estado de Roraima, Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, e Oiapoque, no Amapá. Paralelamente à reestruturação desses, outros seis Centros serão construídos nas cidades de Brasiléia, no Acre; Corumbá e Ponta Porã, ambos no Mato Grosso do Sul; Santana do Livramento e Jaguarão, no Rio Grande do Sul; e, Bonfim, em Roraima.

Ainda no contexto sul-americano, em que a proximidade geográfica e a facilidade de ingresso, especialmente nos países do Mercosul e associados, possibilitam maiores fluxos migratórios, a SPM/PR tem atuado especialmente por meio da Reunião de Ministras e Altas Autoridades do Mercosul (RMAAM).

No âmbito do Programa “Mulher, Viver sem Violência”, o Governo Federal doou um total de 54 ônibus (dois por unidade da federação), aos governos estaduais e consórcios de municípios localizados no campo e na floresta, destinados a oferecer serviços que auxiliam no enfrentamento à violência para populações que não tem acesso a esses serviços. Nessa linha, foi estabelecida parceria com banco estatal que possibilitou a oferta de agências-barco para prestação de serviços que auxiliam no enfrentamento à violência, atenuando as dificuldades de acesso e reduzindo riscos e custos de deslocamento da população local até os centros urbanos. A utilização das agências-barco permitiu a expansão da cobertura dos serviços do Governo Federal à região Norte e nas imediações do Pantanal, onde os rios são o único acesso às comunidades ribeirinhas.

Outra importante ação, iniciada em julho de 2012, foi o a cobrança de indenizações do agressor, por intermédio do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, fortalecendo o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher segurada da Previdência Social. Na, As mulheres passaram a ser maioria na despesa da Previdência Social brasileira, a partir de 2008. Elas são maioria entre os beneficiários do RGPS e do INSS, para qualquer faixa etária considerada. Dessa forma, a mulher que sofre violência e precisa acionar o seguro social gera despesas ao erário, as quais passaram, a partir de julho de 2012, a ser cobradas diretamente do agressor. Essa iniciativa contribui para a campanha continuada de conscientização.

A Política Nacional de Atendimento às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE) consiste em reformular as práticas do sistema prisional brasileiro, visando à garantia dos direitos das mulheres, nacionais e estrangeiras. Entre os objetivos da política está o fomento à elaboração das políticas de atenção às mulheres presas, assim como a assistência àquelas que deixam o sistema prisional. A finalidade é auxiliar o acesso delas as políticas públicas de proteção social, trabalho e renda. A PNAMPE inclui também o monitoramento das presas provisórias, no sentido de priorizar o atendimento jurídico e agilizar a conclusão dos processos. Estabelece ainda a prevenção de todos os tipos de violência e a humanização do sistema prisional feminino, no que diz respeito à arquitetura prisional, como forma de incentivo à construção e adaptação de unidades prisionais exclusivamente femininas e

regionalizadas, no interior dos estados, visando ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

TEMA E - Mulher e Conflitos Armados

Houve incremento da participação da mulher na solução de conflitos, na condição de militar, em postos de tomada de decisão e para proteger as mulheres em situações de conflitos armados, ou que vivem em território sob ocupação estrangeira. Em 2010, o Brasil copatrocinou a Resolução 1.960, sobre “Mulheres, Paz e Segurança”. Em 2011, foi assinada Carta de Intenções com a Organização das Nações Unidas, que contempla os seguintes temas: cooperação em treinamento das tropas de paz em questões de gênero; promoção de atividades de cooperação sul-sul; desenvolvimento de programas voltados para a utilização de práticas esportivas com enfoque em gênero para a promoção da paz e do desenvolvimento; e, implementação da Resolução 1.325 do Conselho de Segurança da ONU no Brasil.

Em 2012, foi elaborado um Protocolo de Intenções que deu origem a cinco ações do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) 2013-2015: (i) diagnosticar as atribuições desenvolvidas nas tropas de paz e mapear as competências necessárias para a execução de atribuições pelas mulheres; (ii) contribuir na capacitação e treinamento das tropas de paz na perspectiva de gênero; (iii) fortalecer as práticas esportivas como instrumento de paz nos locais de atuação das Forças Armadas; (iv) estabelecer parcerias na construção do processo de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/HIV e no enfrentamento da violência sexual como arma de guerra; e (v) construir estratégias de enfrentamento da violência baseada em gênero nos contextos humanitários. Essas ações vem sendo acompanhadas pelo Comitê de Gênero do Ministério da Defesa (Portaria nº 893/MD/2014).

O Brasil tem participado ativamente do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), da UNASUL. O Plano de Ação/CDS 2012 contemplou atividade visando “avaliar a incorporação da mulher na Defesa em todos os níveis”, a qual ensejou a realização do I Seminário Sul-americano para a Avaliação da Incorporação da Mulher na Defesa, realizado em novembro de 2012, na Venezuela. Uma deliberação desse Seminário foi a necessidade de se desenhar ferramentas de diagnóstico da situação. Assim, no primeiro trimestre de 2013, estava elaborado o instrumento metodológico de diagnóstico e recompilação das informações nacionais - a Matriz de Informação e Análise da Mulher no Setor de Defesa – e o respectivo Guia Metodológico.

No que se refere às mulheres nas Forças Armadas, a ocupação da maioria dos cargos de decisão só será progressivamente incrementada à medida que as mulheres formadas nas academias militares ascenderem na carreira, o que se tornou possível a partir das recentes alterações na legislação. A Lei 12.216/2010 permitiu o acesso à Escola Naval de 14 aspirantes femininas, em 2014; a Lei 12.705/2012 facultou a incorporação de mulheres no Exército, pela Academia Militar das Agulhas Negras, a partir de 2017. No caso da Força Aérea Brasileira, que abriu as portas de sua Academia (AFA) às mulheres em 1995, passou a permitir o ingresso destas, no ano de 2003, no Curso de Formação de Oficiais Aviadores da AFA, cujo ingresso, atualmente, é regulamentado pela Lei 12.464/2011. As primeiras mulheres que ingressaram nas academias militares alcançarão em 2014 o posto de Capitão. O contingente de oficiais femininas nas áreas de engenharia, saúde, assistência social, assistência jurídica, comunicação social, intérpretes e outras técnico-administrativas, já atingiu cerca de 9 mil oficiais femininas, o que representa cerca de 23% do efetivo total. Muitas delas já alcançaram as patentes de coronel ou tenente-coronel. A primeira oficial-general feminina foi promovida em 2013. No que se refere à

Força Naval, alterações de legislação, como o advento da Lei 9.519/1997, envolvendo a reestruturação dos quadros de oficiais e praças da Marinha, resultou em significativa ampliação da participação das mulheres e permitiu que elas ocupassem cargos de Comando (Chefia ou Direção) em 115 organizações militares da Marinha, sendo que 17 desses postos já haviam sido anteriormente ocupados por mulheres. Cabe ainda ressaltar a participação significativa de 10 oficiais de policiais militares brasileiras em missões de paz, nos últimos cinco anos: no Timor Leste (UNIMIT), na Guiné-Bissau (UNIOGBIS), no Sudão do Sul (UNIMISS) e no Haiti (MINUSTAH).

No tocante à capacitação e treinamento, o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) já inclui a temática de gênero em todos os cursos e estágios preparatórios para os militares que serão empregados em missões de paz, individuais ou de tropa. Os temas de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/HIV, violência sexual como arma de guerra e violência baseada em gênero são tratados com os comandantes em todos os níveis e uma instrução padronizada pela ONU sobre o tema é repassada a todo contingente. Como resultado, as tropas brasileiras têm desempenhado um papel importante no Haiti, no que tange à proteção de mulheres contra a violência baseada em gênero, além de contribuírem para o empoderamento destas por meio da implementação de atividades de cooperação civil-militar (CIMIC, sigla em inglês), e de projetos de impacto rápido (QIPs), desenhados para beneficiar as mulheres locais.

Os gastos militares do Brasil estão abaixo da média internacional, seja em relação ao PIB, seja em relação à superfície do País ou à sua população. O armamento militar é controlado rigorosamente por um sistema próprio das Forças Armadas que vem sendo aperfeiçoado, sobretudo, nos últimos cinco anos. Dessa forma, não se pode falar em gastos militares excessivos pelo Brasil ou em limitação de disponibilidade de armamento militar. Qualquer redução do aporte financeiro poderá comprometer não só o efetivo atendimento à destinação constitucional das Forças Armadas como o cumprimento de compromissos internacionais incluindo a participação em missões de paz.

A promoção de formas não violentas de solução de conflitos e a incidência reduzida de violações de direitos humanos em situações de conflito estão refletidas na própria Constituição Federal em seu Preâmbulo e no Título I, sendo reconhecidas pela comunidade internacional, haja vista a crescente solicitação da ONU para que o Brasil participe de operações de paz e de assistência humanitária internacional.

A Estratégia Nacional de Defesa, editada em 2008, determinou a ampliação da temática de direitos humanos nos currículos das escolas militares e o Programa Nacional de Direitos Humanos preconizou, em 2010, a inserção dessa temática nos programas das escolas de formação inicial e continuada. O Programa “Ética Profissional Militar”, de 2011, dá ênfase ao tema direitos humanos (para todos os níveis hierárquicos), englobando o estudo de Convenções, Tratados e Acordos Internacionais dos quais o Brasil é signatário, a correspondente legislação nacional, e os fundamentos do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA). Esses conhecimentos, contextualizados, focam no atendimento à missão constitucional das Forças Armadas – operações de garantia da lei e da ordem em território nacional, nas missões de paz e nos conflitos armados internacionais. Os conceitos assimilados são aplicados, ainda, nas atividades classificadas como subsidiárias, realizadas por militares – apoio em desastres naturais, campanhas de interesse social, educativo ou assistencial e outras. Dessa forma, o ensino de direitos humanos nos currículos das escolas das Forças Armadas, bem como no Centro Conjunto

de Capacitação para Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) está totalmente reformulado desde 2012.

Em consequência, está reforçado nos profissionais militares brasileiros o respeito aos direitos humanos e o fiel cumprimento, das normas de DICA e do Direito Internacional Humanitário, bem como das Regras de Engajamento especificadas para cada situação, a exemplo do Protocolo Nacional Conjunto para proteção integral a crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, em situação de riscos e desastres, instituídos pela Portaria Interministerial Nº 2/2012, que envolveu a articulação de dez órgãos do Poder Executivo Federal. Situações ocorridas nos últimos cinco anos comprovam essa assertiva, a exemplo da experiência na MINUSTAH no Haiti, considerada emblemática, inclusive no atendimento aos flagelados do terremoto que atingiu aquele país, em janeiro de 2010. No âmbito doméstico, o apoio da população ao emprego das Forças Armadas nas operações de garantia da lei e da ordem é outra evidência. Nos últimos cinco anos, as Forças Armadas garantiram a instalação das unidades de Polícia Pacificadora em áreas antes dominadas pela atuação violenta de redes criminosas, na cidade do Rio de Janeiro. No mesmo período, elevaram-se as solicitações de apoio das Forças Armadas em atividades ditas subsidiárias, desde o atendimento às vítimas de desastres naturais até a participação na coordenação e segurança de grandes eventos.

TEMA F - A Mulher e a Economia

O cenário econômico brasileiro vem passando por transformações positivas decorrentes, sobretudo, da adoção de macropolíticas econômicas que ampliaram a renda e o acesso ao mercado de trabalho formal. A valorização do salário mínimo, combinada a uma política articulada de transferência de renda, materializada no Programa Bolsa Família, ao lado de um pacote de investimentos na área de infraestrutura destinados à aceleração do crescimento econômico (Programa de Aceleração do Crescimento) e à expansão do crédito, incidiram sobre a dinâmica do mercado e a situação econômica da força de trabalho. As mudanças observadas na conjuntura econômica do País na última década acompanhadas pela realização no espaço público de atividades antes consideradas do âmbito privado, referentes à saúde, educação e assistência social, e pela difusão de novos arranjos familiares, têm possibilitado a ampliação e a consolidação da participação das mulheres no mundo do trabalho remunerado, na esfera pública da sociedade, em profissões prestigiadas e novos espaços de ocupação.

Ao longo das duas últimas décadas, houve importante expansão da presença das mulheres no mercado de trabalho. Entre 2001 e 2011, a participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA) aumentou 24%. Em 2012, as mulheres representavam 43,4% da PEA e, 42,2%, da população ocupada. No mercado de trabalho formal, segundo dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), a participação das mulheres passou de 41,56%, em 2010, para 41,90%, em 2011, atingindo 42,47%, em 2012. Essa crescente inserção no mercado de trabalho reflete-se também na queda da taxa de desemprego feminina que, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, apresenta reduções sistemáticas, passando de 11,3%, em 2006, para 8,9%, em 2010, e 5,6%, em 2014.

Embora persista a desigualdade salarial entre os sexos, em todos os níveis de escolaridade, os dados revelam progressiva redução na defasagem entre os rendimentos médios. Em 2004, o rendimento médio do trabalho das mulheres representava 63,6% em relação ao rendimento recebido pelos homens. Em 2009, passou para 67,1% e, em 2012, alcançou 72,9%.

Um aspecto que contribui para as diferenças salariais é a concentração de 66,8% das mulheres ocupadas na faixa salarial entre zero e dois salários mínimos, enquanto o percentual de homens no mesmo patamar corresponde a 58%. A relação inverte-se na faixa salarial acima de vinte salários mínimos: os homens representam 0,8% e o percentual de mulheres restringe-se a 0,3%. A defasagem é maior no mercado de trabalho informal, no qual o salário médio das mulheres empregadas equivale a 66% do rendimento percebido pelos homens (PNAD 2012).

Apesar de os dados evidenciarem tendências positivas, a ampliação do ingresso das mulheres no mercado de trabalho não vem acompanhada por uma distribuição igualitária entre as áreas de ocupação, revelando claramente a incidência da divisão sexual do trabalho sobre a alocação profissional das mulheres, com consequências importantes sobre o rendimento.

Quando analisamos a estrutura do mercado de trabalho, percebemos que as mulheres trabalhadoras, de maneira geral, ainda estão concentradas em áreas relacionadas aos papéis tradicionalmente atribuídos a elas: alojamento e alimentação; educação; saúde; serviços sociais; e, serviços domésticos, que, conjuntamente, somam em torno de 45% da população ocupada feminina. A inserção da mão de obra feminina em ocupações mais prestigiadas socialmente e valorizadas financeiramente, que estejam relacionadas à produção e construção, aos segmentos terciários especializados, sobretudo em tecnologia e inovação, e às funções de direção e planejamento, é demasiadamente reduzida se comparada à mão de obra masculina. Em 2012, apenas 11,9% das mulheres ocupadas encontravam-se na indústria e, 0,6%, na construção. Em cargos de direção e gerência, a participação é igualmente reduzida, 5% e 6,4%, respectivamente. (PNAD 2012).

A força de trabalho feminina, em muitos setores da sociedade brasileira, ainda representa mão de obra secundária, complementar à renda familiar. Uma vez responsabilizada pelas atividades de cuidado e de reprodução da força de trabalho, o acesso e a permanência do trabalho feminino na esfera de produção configura situação temporária e instável quando comparada a dos homens. Enquanto os homens dedicam aos afazeres domésticos em média 10 horas semanais, a jornada feminina para as mesmas tarefas é duas vezes superior – 20,8 horas semanais. (PNAD 2012).

Em 2012, o serviço doméstico deixou de ser o setor que mais empregou mulheres, mas se manteve entre os três principais, acompanhado pelas áreas de educação, saúde e serviços sociais, bem como pelo setor de comércio e reparação. O emprego doméstico é uma atividade majoritariamente realizada por mulheres negras, que representam 61% das trabalhadoras domésticas. As mulheres negras sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. O percentual de mulheres pretas e pardas ocupadas em trabalhos informais (52,7%) é superior ao de mulheres brancas na mesma situação (38,2%).

O Governo Brasileiro tem envidado esforços para ampliar a oferta de empregos formais, o acesso a direitos trabalhistas e o nível de rendimento da força de trabalho. Na última década, foi executada uma política de aumento consistente do salário mínimo, que fez avançar de maneira significativa o rendimento das mulheres. Segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o salário mínimo registrou aumento superior a 200% na última década, passando de R\$ 200,00, em 2002, para R\$ 465,00, em 2009 e, R\$ 724,00, em 2014.

Entre 2002 e 2012, houve também aumento significativo da proporção de trabalhadores formais no mercado de trabalho, que passou de 44,6% para 56,9%. Apesar do percentual ainda

preocupante de mulheres ocupadas no mercado de trabalho informal, o contingente de empregadas com carteira de trabalho assinada passou de 24,2%, em 1999, para 30,3%, em 2009, e 35,1%, em 2011. A ampliação da formalização vem acompanhada pela garantia de direitos sociais e trabalhistas e, sendo assim, configura estratégia importante no combate às desigualdades e discriminações de gênero e raça, à desvalorização econômica e à desproteção social vivenciada pelas mulheres trabalhadoras, sobretudo quando ocupadas em atividades precárias, com reduzidos salários e elevado nível de informalidade, como é o caso do trabalho doméstico.

Em 2013, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 72, conhecida como PEC das domésticas, que altera o parágrafo único do artigo 7º da Constituição Federal brasileira, equiparando os direitos trabalhistas das/os empregadas/os domésticas/os aos dos demais trabalhadores/as. O trabalho doméstico absorve 14,9% das mulheres ocupadas, ou seis milhões de trabalhadoras, com rendimento médio de R\$ 497, sendo que 72% delas não possuem carteira de trabalho assinada (PNAD 2012). Com a EC nº 72/2013, as trabalhadoras domésticas passaram a contar com dezesseis novos direitos, entre eles a proteção contra a despedida arbitrária ou sem justa causa; a regulamentação da jornada de trabalho; o descanso semanal remunerado; a obrigatoriedade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e, o pagamento adicional por horas de trabalho noturno. Alguns dos direitos garantidos pela referida emenda não geraram efeitos imediatos e seguiram para regulamentação no Congresso.

As mudanças econômicas incidiram também sobre o quadro geral da previdência social no Brasil e sobre o perfil de seus beneficiários. O aumento da participação feminina no mundo laboral eleva a quantidade de mulheres aptas a pleitear benefícios previdenciários, como auxílio-doença e salário-maternidade.

O acesso da mulher brasileira aos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) tem aumentado cada vez mais. Segundo o Ministério da Previdência, entre dezembro de 2003 e o mesmo mês de 2013, o estoque de benefícios urbanos cresceu 53% para as mulheres, contra 46,7% aos homens. Na aposentadoria por idade, a participação feminina também representa a maioria, com 62% do total de 9,2 milhões de beneficiários. Não obstante, a mulher ainda continua em desigualdade no que diz respeito ao valor dos benefícios. Enquanto elas receberam em 2013, em média, R\$ 876, eles arrecadaram, em média, R\$ 1.104. Desde 2011, os benefícios previdenciários – aposentadoria por idade e por invalidez, auxílio-doença e salário-maternidade – foram estendidos às donas de casa de baixa renda, mediante contribuição de uma alíquota de 5% sobre o salário mínimo, e demais donas de casa, com alíquotas entre 11% e 20%. Essa conquista foi fruto de um amplo processo de discussão fomentado em torno da Proposta de Emenda Constitucional nº 385/2001. Em 2013, mais de 450 mil donas de casa de baixa renda encontravam-se seguradas pela Previdência Social.

Importante destacar também a ampliação da licença maternidade para as servidoras públicas federais, regulamentada pelo Decreto nº 6690/2008, que passaram a usufruir de licença remunerada por 180 dias. A medida foi seguida pelas administrações públicas de alguns estados e municípios brasileiros, que também ampliaram a licença paternidade de cinco dias – prevista na Constituição Federal de 1988 – para 10 dias, válido somente para servidores públicos. No intuito de incentivar medida análoga no âmbito privado, o Governo Federal criou o Programa Empresa Cidadã, em vigor desde 2010, que prevê incentivo fiscal para as empresas que aderirem

à prorrogação da licença maternidade de 120 dias para 180 dias. Em 2012, 15.735 empresas haviam aderido ao Programa.

A ampliação desses direitos tem sido também incentivada no âmbito do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, lançado em 2005, com o objetivo principal de promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em organizações públicas e privadas, por meio do desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional. A primeira edição do Programa outorgou o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça a 11 empresas do setor público, uma vez atestado o cumprimento de 70% ou mais das ações previstas nos Planos de Ação apresentados. O Selo tem vigência de 12 meses e é um instrumento que evidencia publicamente o compromisso da organização com a equidade de gênero e raça, com a promoção da cidadania e a difusão de práticas exemplares para a efetivação da igualdade. As empresas privadas foram introduzidas na edição seguinte, em 2007, elevando o número de organizações contempladas com o Selo para 23. Na terceira edição, em 2009, o Programa já certificava 58 organizações públicas e privadas de setores econômicos variados, abrangendo nichos tradicionalmente masculinos, como os setores elétrico, financeiro e petroquímico. A quarta edição, concluída em 2013, atingiu direta ou indiretamente cerca de 900 mil funcionários/as – 45% mulheres e 55% homens. O Programa iniciou, em 2013, a sua quinta edição, com 106 organizações inscritas.

Com vistas ao enfrentamento das desigualdades e discriminações de gênero no acesso, remuneração, ascensão e permanência no mundo do trabalho, o Governo Federal tem também investido na capacitação profissional. Em 2011, lançou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), incorporado ao Plano Brasil Sem Miséria, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de formação profissional e tecnológica para inserção qualificada no mercado de trabalho. Das 900 mil matrículas efetuadas, entre 2011 e 2013, nos cursos ofertados pelo Pronatec Brasil Sem Miséria, 66% foram realizadas por mulheres. O Programa oferece a essas mulheres um amplo rol de cursos não tradicionalmente femininos. Atualmente são 539 tipos de cursos nas áreas de construção civil, serviços, hotelaria, comércio, bares e restaurantes, operador de computador, eletricitista, auxiliar administrativo, entre outras.

Ainda no âmbito do Brasil Sem Miséria, o Programa Mulheres Mil, coordenado pelo Ministério da Educação, oferece também educação profissional e tecnológica a mulheres em situação de vulnerabilidade social. Desde sua criação, em 2011, mais de 20 mil mulheres foram beneficiadas com cursos profissionalizantes em áreas como turismo e hospitalidade, gastronomia, artesanato, confecção e processamento de alimentos.

A ampliação da oferta de créditos e de incentivos a microempreendedoras constitui também estratégia do Governo Federal para estimular a formalização e a entrada cada vez maior e igualitária das mulheres no mundo do trabalho. Nas operações de crédito do Programa Crescer, lançado em 2011, que oferece microcrédito produtivo orientado a taxas de juros reduzidas, as mulheres - representavam, em 2013, 72% dos tomadores de crédito. A redução da burocracia e dos prazos de abertura para novas empresas têm sido uma preocupação crescente do Governo Federal.

Dados da pesquisa GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*) e do Anuário das Mulheres Empreendedoras e Trabalhadoras em Micro e Pequenas Empresas, publicados em 2013, pelo SEBRAE mostram que as mulheres são a maioria (52%) dos novos empreendedores – aqueles com menos de três anos e meio de atividades. A inserção no mercado na condição de

empreendedor (empregador e por conta própria) é mais frequente entre os homens, mas entre as mulheres o percentual é expressivo. Em 2011, representava 29,2% dos homens ocupados e 17,8% das mulheres ocupadas.

Em relação às mulheres rurais, vários programas do Governo Federal têm atuado para o fortalecimento de suas organizações produtivas. A principal conquista para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres rurais foi dar visibilidade às trabalhadoras rurais, ao reconhecer a especificidade de sua agenda e incorporar as suas demandas numa proposta de desenvolvimento rural, assumindo, assim, a necessidade de se enfrentar as desigualdades de gênero no meio rural. Nessa linha, reconheceu-se a permanência das relações patriarcais no campo e a inexistência de políticas neutras, adotando-se uma estratégia de superação das desigualdades de gênero, por parte do Estado, construindo novos arranjos institucionais e qualificando a políticas públicas a fim de conferir às mulheres rurais visibilidade e reconhecimento como sujeito de direito. Os fatores que contribuíram para esta conquista, no âmbito do Governo Federal, foram: (i) consolidação de uma agenda de promoção da igualdade entre mulheres e homens no meio rural, mediante a institucionalização da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais, com recursos orçamentários para ações de gestão voltadas à promoção de políticas de igualdade, de modo a assegurar os meios para realização de ações finalísticas capazes de fomentar os direitos econômicos das mulheres trabalhadoras rurais e o exercício pleno da cidadania; e, (ii) criação da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República e elaboração, implementação e monitoramento de três Planos Nacionais de Políticas para Mulheres (2004, 2007 e 2011) nos quais, a agenda das mulheres rurais foi incorporada. Destaca-se que, em 2013, foi alterada a metodologia do Pronaf Mulher, ampliando para até R\$ 150 mil, o valor do contrato para propostas de crédito de mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção. As operações de crédito para mulheres no Plano Safra 2013/2014 atingiram 370.901 contratos. O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), também, tem obtido resultados importantes. O Programa, além de disponibilizar a emissão gratuita dos documentos, promove ações de conscientização sobre a importância da documentação civil e trabalhista, e de orientação para acesso a políticas públicas nas áreas de reforma agrária, agricultura familiar e previdência social. Entre 2004 e 2012, um milhão de mulheres foram atendidas e dois milhões de documentos foram emitidos. E, apenas em 2013, o PNDTR realizou 1.152 mutirões, atendendo 185.286 mulheres e emitindo 378.460 documentos.

Destacam-se como resultados das políticas de promoção da autonomia econômica das mulheres rurais o apoio a 150 organizações produtivas de mulheres com políticas integradas de assistência técnica e extensão rural (ATER), crédito, comercialização e gestão; o apoio a 200 organizações produtivas de mulheres com ATER especializada para mulheres; e, a capacitação de técnicos de entidades executoras de serviços de ATER selecionadas com o objetivo de apresentar a ATER especializada para mulheres. Somados os resultados dos contratos de ATER vigentes em 2012 e dos convênios ainda vigentes com as entidades estaduais de ATER, chega-se a um público de 1.117.426 famílias beneficiadas. Desse total, 30%, ou cerca de 330 mil, são mulheres rurais. Atualmente esse é o percentual mínimo de mulheres entre os técnicos extensionistas nas chamadas públicas para contratação dos serviços.

Cabe salientar também os resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMP). O PAA combina o

enfretamento a fome e pobreza com o fortalecimento da agricultura familiar. O programa adquire alimentos produzidos por agricultores familiares de diferentes assentamentos, destinando-os ao abastecimento da rede socioassistencial, restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias, e ainda para cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal.

Nos últimos anos, a participação das mulheres no PAA aumentou, passando de 11,5%, em 2009, para 39,3%, em 2012. Verificou-se, ademais, o crescimento de 30% de projetos exclusivamente de mulheres: em 2010, foram apresentadas 20 propostas, beneficiando 347 mulheres; em 2012, foram 26 propostas, com 572 trabalhadoras envolvidas. Recentemente, o Governo Federal definiu que 5% do orçamento geral do PAA devem ser destinados à compra de produtos de organizações exclusiva ou predominantemente formadas por mulheres. Ademais, na modalidade de compra de produtos da agricultura familiar com doação simultânea, é obrigatória a participação de, ao menos, 40% de mulheres no total dos produtores fornecedores. Já no caso da modalidade de formação de estoques, é exigida a cota mínima de 30% de mulheres dentre o universo de fornecedores.

No que se refere ao Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais, esta iniciativa tem apoiado organizações produtivas das mulheres, promovendo o fortalecimento das redes, por meio de ações voltadas a gestão, produção e comercialização. Entre 2004 e 2012, o Programa alcançou 133.738 mulheres, em 100 projetos implementados. Apenas em 2013, as mulheres contempladas pelo Programa totalizaram 4.275, por meio de 14 projetos.

A continuidade e a consolidação dos avanços registrados na inserção e alocação das mulheres no mercado de trabalho dependem de mudanças nas dinâmicas sociais e familiares. Nesse sentido, a atuação do poder público na prestação dos serviços de creches e de educação em período integral é particularmente importante na promoção da autonomia econômica para as mulheres. A política de creches passa diretamente pela necessidade da corresponsabilização pelas tarefas de cuidado, uma vez que a atribuição e o desempenho dessas atividades quase que exclusivamente pelas mulheres limita, de maneira considerável, a dedicação destas ao mercado de trabalho.

TEMA G - A mulher no exercício do poder e a adoção de decisões

Apesar das várias iniciativas tomadas para reverter o quadro da sub-representação das mulheres nas instâncias de poder e decisão, o Brasil continua apresentando um índice muito baixo de participação feminina na política. O censo de 2010 (IBGE) aponta que as mulheres representam 51% da população do país. Segundo informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições de 2010, as mulheres obtiveram 14,8% das cadeiras do Senado Federal, 8,8% da Câmara Federal e 12,9% nas câmaras estaduais.

Em setembro de 2009, o Parlamento brasileiro aprovou a Lei nº 12.034 que altera a Lei dos Partidos Políticos e o Código Eleitoral. Chamada de minirreforma eleitoral, esta lei alterou pontos importantes para o enfrentamento da sub-representação das mulheres, estabelecendo: i) o mínimo de 5% do fundo partidário para programas de promoção e difusão da participação políticas das mulheres; ii) mínimo de 10% do tempo de programa partidário para promoção e divulgação da participação das mulheres na política; e, iii) obrigatoriedade de preenchimento das cotas de 30% ou 70% para cada sexo, com previsão de punição para o partido que descumprisse tais dispositivos. A expectativa de que esta legislação pudesse influenciar positivamente as eleições de 2010, em relação à presença mais ativa de mulheres, entretanto, não se confirmou. Os

partidos políticos não cumpriram os preceitos legais e, em geral, não sofreram qualquer punição. Nas eleições municipais de 2012, os Tribunais Regionais Eleitorais efetuaram o controle mais rigoroso das listas partidárias, exigindo o cumprimento de, no mínimo, 30% de cada sexo. Essas iniciativas resultaram em processos contra partidos que desrespeitaram as normas vigentes. O que chamou a atenção foi a coincidência dos casos em que candidaturas femininas não apresentaram gastos de campanha e tampouco tiveram votação significativa, sendo que várias candidatas não obtiveram votação, nem o seu próprio voto. Verificou-se também o caso de alguns partidos que tiveram punições por não promover a participação das mulheres em seus programas de rádio e TV, em horário gratuito.

Apesar desses problemas, houve um aumento significativo do número de candidaturas a vereadora. Em 2008, verificou-se que 22,1% do total de candidaturas eram de mulheres; em 2012, esse percentual subiu para 31,9%. No caso de candidatas eleitas, verificou-se um avanço bem menor: em 2008, 12,5% venceram o pleito e, em 2012, 13,3%. Na eleição para as prefeituras, observou-se um avanço de 11,1%, em 2008, para 13,4% das candidaturas, em 2012. Destas, foram eleitas 9,1%, em 2008, e na eleição seguinte (2012), o percentual subiu para 11,8%. Ainda que não tenha havido alteração substancial no percentual de mulheres em cargos eletivos, há perspectivas de que o cumprimento da nova lei promova uma mudança na situação observada.

Outro avanço no sentido de incentivar a igualdade de gênero e a participação feminina na política foi a aprovação da Lei nº 12.891, de 2013, que autoriza o Tribunal Superior Eleitoral a promover, em anos eleitorais, propaganda institucional, em rádio e televisão. .

A questão da sub-representação feminina na política tem sua raiz na disputa interna de poder dentro dos partidos políticos e também na legislação eleitoral vigente, que não facilita a participação de mulheres nas disputas eleitorais. O financiamento privado das campanhas e a falta de uma lista partidária pré-ordenada por sexo são alguns dos principais pontos que condicionam a participação feminina. As diversas propostas de reforma política em discussão no Parlamento brasileiro contemplam esses dois pontos, considerados como fundamentais para qualquer legislação que pretenda democratizar o acesso ao poder por parte dos setores da sociedade até hoje dele alijados. Por essa razão, tais propostas tem encontrado muita resistência para serem aprovadas.

Em agosto de 2013, foi lançada a campanha “Mulher, Tome Partido!”, com o objetivo de aumentar a participação das mulheres nos partidos políticos e possibilitar o aumento de candidaturas femininas em todos os cargos, tanto no Poder Legislativo quanto no Poder Executivo. Apoiada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, essa campanha foi uma realização da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, tendo sido difundida em vários veículos de comunicação social.

Em 2008, foi lançada a campanha “Mais Mulheres no Poder: Eu assumo este compromisso”, com reedições para as eleições de 2010, e para as próximas eleições de 2014. Tendo em vista a realização das eleições de 2014, foi editada e distribuída publicação contendo explicações sobre os diferentes cargos eletivos em disputa no próximo pleito, como também uma plataforma pela igualdade de gênero, raça e etnia, com base no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015, resultante da III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. A realização desta Plataforma é resultado da parceria do Fórum Nacional de Instâncias de Partidos

Políticos e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A iniciativa contou também com o apoio da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Ao lado de ações de articulação política, que visam potencializar os impactos das iniciativas da SPM/PR ao agregarem importantes atores e tomadores de decisão, a exemplo, em especial, da Bancada Feminina do Congresso Nacional, do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, da Plataforma Mais Mulheres no Poder e da Secretaria da Mulher da Câmara Federal (campanha nacional “Mulher, tome partido: Filie-se”), cabe enumerar as ações de capacitação, cujo objetivo é oferecer informações e análises sobre gênero, racismos, democracia e direitos humanos com vistas a tornar mais mulheres, em diversas posições institucionais, aptas a discutir e combater as desigualdades sociais. Nessa linha, destacam-se os projetos “Mulher de Direito: Liderança e Poder na Política” e a capacitação à distância em democracia e gênero. Cabe ainda ressaltar a elaboração de publicações que subsidiam o trabalho de gestoras e gestores públicos e incentivam a entrada de mulheres na política, a exemplo dos livretos “+ Mulher na Política: Mulher Tome Partido” e “Mais Autonomia, Igualdade e Cidadania para as Mulheres Brasileiras”.

TEMA H – Mecanismos institucionais para o avanço da mulher

A instalação de Organismos Executivos de Políticas para as Mulheres (OPM) nos diversos níveis de governo é uma estratégia para aumentar a efetividade das políticas públicas para as mulheres. Além disso, reflete a disseminação e ampliação do compromisso com as políticas para as mulheres, e promove capilaridade e articulação interfederativa. Em maio de 2014, foi atingida a quantidade de 670 OPM, incluindo organismos estaduais, que são vinte e cinco, e municipais.

Dentro do governo federal, a criação dos mecanismos de gênero dentro de cada um dos ministérios é objetivo do governo que vem sendo alcançado com êxito, já existindo doze mecanismos de gênero no governo federal.

Além disso, segue funcionando o Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM, composto por 34 órgãos, sendo 32 órgãos governamentais, ao lado da Secretaria de Políticas para as Mulheres da PR, que o coordena, mais o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

Todas as organizações supracitadas são mecanismos institucionais para o avanço das políticas públicas voltadas para as mulheres.

Finalmente, cabe ressaltar o lançamento da primeira edição do Relatório Anual Sócio Econômico da Mulher – RASEAM, em fins de 2013, sob a coordenação da SPM/PR, com o objetivo de difundir dados e informações com desagregação por sexo (ver o item A, da Terceira Seção deste Relatório), que representa um grande avanço na institucionalidade do tema.

TEMA I - Os Direitos Humanos da Mulher

Na última década, as conquistas no campo dos direitos humanos das mulheres foram expressivas na educação, no mercado de trabalho, no combate à violência doméstica, na participação no desenvolvimento nacional e no reconhecimento das múltiplas desigualdades. As

políticas públicas tornaram-se um marco importante de proteção a esses direitos, que foram assegurados na área de saúde, incluindo a saúde sexual e reprodutiva; na segurança; na educação, na titularidade da terra, no acesso à moradia, no trabalho, na renda e na previdência social, além do acesso aos direitos civis e políticos.

Dessa forma, a implementação da Rede de Atendimento à Mulher; a criação e fortalecimento de organismos (coordenadorias ou secretarias) de políticas para mulheres nos governos estaduais e municipais; a criação e fortalecimento de conselhos estaduais e municipais dos direitos da mulher; a Lei Maria da Penha; o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres; o Disque 180; a implementação de programas na área de trabalho para geração de emprego e renda e combate às discriminações; a implementação do Pacto pela Redução da Mortalidade Materna; bem como os programas na área de educação destinados a combater a discriminação e os estereótipos de gênero, raça/etnia e orientação sexual são todas estratégias do Governo Brasileiro para promover os direitos humanos das mulheres.

Ao mesmo tempo, programas como Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida Melhor, Programa Nacional de Documentação, Pronaf Mulher, Rede Cegonha, entre outros, reafirmam o protagonismo das mulheres urbanas e rurais nas políticas do governo federal. Estas iniciativas têm proporcionado impactos significativos nas vidas privadas destas mulheres, nas suas famílias e nas comunidades onde estão inseridas. A violência de gênero tem sido, no entanto, a discriminação que mais afeta a qualidade de vida, gera insegurança, medo e sofrimentos e até a privação do direito à liberdade de milhares de mulheres. É considerada pelos movimentos feministas e de mulheres como um grave problema de violação dos direitos humanos. A efetiva implementação da Lei Maria da Penha e o Pacto de Enfrentamento à Violência contra as mulheres tem sido peças fundamentais nas ações repressivas contra os agressores. A implantação do Programa Mulher Viver sem Violência, lançado em 2013, visa a consolidar e ampliar a política de segurança, com a integração em um mesmo espaço de serviços essenciais para um atendimento rápido, seguro e humanizado.

Em relação aos direitos das mulheres travestis, transexuais, lésbicas e bissexuais, o enfrentamento ao preconceito, discriminação e exclusão que atingem estes grupos é uma prioridade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que, desde 2012 (a partir de dados referentes a 2011), publica o “Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil”, com o objetivo de possibilitar a visibilização, quantificação e comparação da realidade de violações dos direitos humanos vividas por essa população. De acordo com o último Relatório publicado (2013), em 2012, foram registradas pelo poder público federal (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e Ministério da Saúde), 3.084 denúncias de 9.982 violações relacionadas à população LGBT, envolvendo 4.851 vítimas e 4.784 suspeitos. Em relação a 2011, houve aumento de 166,09% de denúncias e 46,6% de violações, quando foram notificadas 1.159 denúncias de 6.809 violações de direitos humanos contra LGBTs, envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos. Em 2012, foram divulgadas nos principais canais midiáticos brasileiros 511 violações contra esta população, envolvendo 511 vítimas e 474 suspeitos. Entre as violações noticiadas, encontram-se 310 homicídios, um aumento de 11,51% em relação a 2011, quando foram registrados 278 homicídios motivados por ódio a LGBT. Esses números apontam para um grave quadro de violências homofóbicas, lésbofóbicas e transfóbicas no Brasil, e o cenário torna-

se ainda mais preocupante quando se leva em conta a subnotificação de dados relacionados a violências em geral, e a este tipo de violência em particular.

O Governo Brasileiro vem reforçando, em diversas frentes, as políticas públicas destinadas à população LGBT. Em 2009, foi criada a Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT, na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Em 2010, foi criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT, também vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Em 2011, foi realizada a 2ª Conferência Nacional LGBT, em Brasília, com o objetivo de promover o monitoramento da implementação de políticas voltadas a esse público e desenhar novas políticas para a população LGBT; ainda em 2011, promoveu-se a primeira campanha em âmbito nacional visando incentivar a denúncia de homo-lesbo-transfobia junto aos canais de denúncia do Governo Federal.

Em 2012, foi lançado o primeiro relatório sobre violência homofóbica no Brasil, produzido pelo governo federal. Em 2013, foi realizada, juntamente com o Ministério da Saúde, campanha incentivando a denúncia de violência contra travestis e transexuais; também em 2013, foi lançado o Sistema Nacional LGBT, que visa articular as políticas LGBT nos níveis federal, estadual, distrital e municipal. Em 2014, o Conselho Nacional LGBT aprovou, em conjunto com o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, resolução que estabelece os direitos das pessoas LGBT em privação de liberdade; em maio de 2014, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República lançou nova campanha incentivando a denúncia de homo-lesbo-transfobia. Destaca-se, por fim, que, em 2011, o Supremo Tribunal Federal reconheceu o direito ao casamento e adoção de casais do mesmo sexo, sendo também seguido por decisão do Superior Tribunal de Justiça.

A tendência de envelhecimento da população brasileira vem se cristalizando nas pesquisas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). As pessoas com mais de 60 anos representam 12,6% da população, o que equivale a 24,85 milhões de indivíduos, em sua maioria mulheres (13,84 milhões). As realidades estabelecidas impõem a necessidade de avanços na matriz de proteção social desde a visão do ciclo de vida, no sentido de detectar as lacunas, superposições e descoordenações das respostas públicas, buscando superar estas situações. Dessa forma, é preciso integrar às políticas públicas um enfoque de gênero, em um momento em que a velhice se feminiza – outro recorte estrutural, uma vez que haverá mais mulheres na população envelhecida.

Para a identificação das necessidades e demandas desta população, foram realizadas duas Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa Idosa – respectivamente, em 2009, e em 2011. Nesses processos de consulta e participação social, envolvendo representantes de todos os Estados e do Distrito Federal, foram debatidos os avanços e os desafios para efetivação da Política Nacional do Idoso.

No que se refere à violência contra pessoas idosas, destaca-se a criação, em 2011, do módulo Pessoa Idosa no Disque Direitos Humanos (Disque 100). Trata-se de um importante mecanismo para recebimento de denúncias relacionadas a violações de direitos contra essa população. Além disso, a inserção do referido módulo também permite realizar um diagnóstico

situacional sobre a violência contra a pessoa idosa no país, a partir do mapeamento e classificação dos casos registrados, possibilitando operar ajustes nas políticas e ações voltadas à defesa dos direitos dessa população. Em 2011, foram registradas no Disque 100, 8.224 denúncias relacionadas a violações contra a população idosa. Em 2012, o número foi de 23.548 – representando um aumento de 186,33%. Em 2013, foram registradas 38.976 denúncias, o que equivale ao incremento de 65,52%, em relação a 2012. Em maio de 2013, foi lançada a Campanha de Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa Idosa, com o propósito de avançar na prevenção, cuidado e o acolhimento das vítimas de violência. Em abril de 2014, lançou-se o Manual de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa.

No âmbito internacional, o Brasil assumiu diversos compromissos ao lado de países da América Latina e Caribe, na Carta de São José sobre os Direitos das Pessoas Idosas, aprovada em 2012, na Terceira Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento na América Latina e Caribe. O País comprometeu-se a envidar esforços para garantir efetivamente os direitos da população idosa, o acesso universal à saúde e aos serviços sociais adequados às suas necessidades e especificidades, de modo a que lhes seja garantido o direito de viver com independência, autonomia e dignidade; assegurar a incorporação equitativa das mulheres e proteger os direitos sucessórios, em especial propriedade e posse das mulheres idosas e viúvas; promover políticas ativas de luta contra o analfabetismo entre as mulheres idosas e prevenir e erradicar todas as formas de violência contra as mulheres idosas, incluindo a violência sexual.

Ao lado deste conjunto de ações do Governo Federal, cabe também destacar a atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que existe desde 1985 e vem sendo fortalecido nos últimos anos, está também imbuída do objetivo de garantir e promover os direitos humanos das mulheres, em toda sua diversidade. Outra iniciativa importante do Governo Brasileiro é “Prêmio Direitos Humanos”, atualmente em sua vigésima edição, que consiste na mais alta condecoração oferecida a pessoas físicas ou jurídicas que desenvolvam ações de destaque na área.

Em 2008, por ocasião da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, foi editada a publicação “As Mulheres e os Direitos Humanos”, que conta a trajetória feminina e a sua luta pelos direitos humanos bem como descreve os instrumentos internacionais de defesa dos direitos das mulheres.

TEMA J - Mulher e os Meios de Comunicação

O Governo brasileiro tem envidado esforços no sentido de desconstruir estereótipos de gênero nos meios de comunicação. Além das campanhas de conscientização para o enfrentamento à violência contra a mulher, veiculada pelos grandes meios de comunicação, há grande empenho para repensar a questão de gênero, da maneira como é apresentada no cotidiano e reproduzida pelos meios de comunicação em geral.

Em 2007, foi realizado o seminário “Mulheres e mídia: debates e propostas”, em que mais de 200 mulheres de 25 estados brasileiros debateram temas como televisão pública, desqualificação das mulheres no poder, mídia não-discriminatória, novas fronteiras da mídia e propostas para uma nova agenda política de comunicação. Eventos desse tipo têm ocorrido com frequência. O último, em março de 2014, foi o Seminário Nacional “O Controle Social da Imagem da Mulher na Mídia”, que serviu de oportunidade para troca de idéias e experiências

entre mulheres de diversas regiões do país; para o desenvolvimento de possíveis respostas da sociedade ao controle social dos meios de comunicação; e para o início de um processo de formação, visando a construção de uma rede de monitoramento da mídia.

O Governo conta com políticas voltadas para reduzir a discriminação contra as mulheres nos meios de comunicação. As empresas públicas, por sua vez, estão engajadas em promover a equidade de gênero. Por exemplo, o Banco do Brasil, maior banco público do País, optou por utilizar a imagem de uma mulher empreendedora na área de construção civil (em vez de na área de floricultura ou similar) na propaganda de oferta de microcrédito.. Já a Empresa Brasileira de Comunicação utiliza linguagem inclusiva, com ênfase no termo “Presidenta” e utilização constante da flexão no feminino. Na área dos esportes, o Governo respondeu com firmeza quando a multinacional de produtos esportivos Adidas colocou à venda camisetas com imagens e frases que associavam o Brasil ao turismo sexual. Apesar de tratar-se de empresa do setor privado, o Governo exigiu que as camisetas fossem retiradas de circulação.

Cabe mencionar iniciativas pontuais como as “Oficinas Mídia e Comunicação”, em que o Ministério da Saúde, em parceria com o Instituto Patrícia Galvão, capacita profissionais que atuam em serviços de atenção à violência sexual e interrupção da gestação prevista em lei, no que se refere à comunicação com a mídia. O objetivo é evitar exposições desnecessárias de pessoas em situação de violência sexual atendidas nos serviços de saúde. Foram realizadas oficinas em todas as regiões geográficas, perfazendo um total de 20 estados. Com relação a esse item relativo aos meios de comunicação, é fundamental reforçar a importância da garantia do acesso das mulheres às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Nesse sentido, estão sendo desenvolvidos os Programas Telecentros.BR; Cidades Digitais; e o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL). O primeiro é oriundo do Edital de Seleção Pública de Parcerias - MP/MCT/MC – Nº 1/2010, que visa apoiar a telecentros já existentes, assim como a implantação de novos, em todo território nacional. Os telecentros são espaços que proporcionam acesso público e gratuito TIC, com computadores conectados à internet, disponíveis para múltiplos usos, incluindo navegação livre e assistida, cursos e outras atividades de promoção do desenvolvimento local em suas diversas dimensões.

O apoio aos telecentros, que ocorre de acordo com a demanda de cada proposta selecionada no mencionado edital, consiste em fornecer equipamentos de informática novos ou reconicionados, mobiliário, conectividade à internet e bolsas para monitores, selecionados entre jovens de 16 a 29 anos, que atuam como agentes de inclusão digital. A bolsa é vinculada tanto à realização de atividades no telecentro quanto à participação no Curso de Formação de Monitores.

O Programa Cidades Digitais tem por objetivo modernizar as gestões municipais, ampliar o acesso aos serviços públicos e promover o desenvolvimento dos municípios brasileiros por meio da tecnologia. Para tanto, são efetuadas construções de redes de fibra óptica que interligam os órgãos públicos locais; disponibilizados aplicativos de governo eletrônico para as Prefeituras, nas áreas financeira, tributária, de saúde e educação; capacitados servidores municipais para uso e gestão da rede; e ofertados pontos de acesso à internet para uso livre e gratuito em espaços públicos de grande circulação, como praças, parques e rodoviárias.

As cidades que vão receber essa estrutura são selecionadas por meio de edital. Em 2012, o Ministério das Comunicações abriu a primeira seleção para o projeto-piloto, que contemplou 80 municípios. Em 2013, o Programa Cidades Digitais foi incluído no Programa de Aceleração

do Crescimento (PAC) do Governo Federal, tendo selecionado 262 municípios com população de até 50 mil habitantes.

Por fim, o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) possui como uma das ações a Banda Larga Popular. Por meio de acordos com a Telecomunicações Brasileiras S. A. – TELEBRAS - e com concessionárias de telefonia fixa, são ofertadas conexões com velocidade de 1 Mbps a R\$ 35,00 (com impostos). No total, 4.523 municípios, em 25 Estados e no Distrito Federal, estão sendo beneficiados (dados de 03/2014).

De acordo com o último Relatório Anual Econômico da Mulher – RASEAM (2013), que utiliza dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE para 2011, entre as pessoas que vivem em domicílios particulares permanentes com microcomputador e acesso a internet, 52,5% são mulheres, nas áreas urbanas, e 50% são mulheres, nas áreas rurais. De acordo com a pesquisa, “o acesso a bens de comunicação e mídia que homens e mulheres utilizam tendem a seguir o padrão geral de distribuição da população no território nacional” (p. 147). Os desafios futuros consistem em aumentar o número total de pessoas em domicílios particulares permanentes com microcomputador e acesso à internet, que somam atualmente apenas 38% do total; alcançar as áreas rurais; e diminuir a disparidade entre as regiões, uma vez que a proporção no Norte e Nordeste diminuiu para apenas 20% 21,8%, respectivamente, enquanto no Sudeste Sul chega a 49,4% e 44,6%, respectivamente.

TEMA K - Mulher e Meio Ambiente

A miséria no Brasil foi drasticamente reduzida nas últimas décadas, principalmente devido a diversos programas governamentais voltados às classes econômicas mais baixas, cuja expressão maior é o Programa Bolsa Família. No caso de famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas consideradas prioritárias para conservação ambiental, foi lançado, em setembro de 2011, o Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde, que concede, a cada trimestre, um benefício de R\$ 300 por família.

Como 47% das 16,2 milhões de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza estão na área rural, esta iniciativa alia o aumento na renda dessa população à conservação dos ecossistemas e ao uso sustentável dos recursos naturais. O benefício pago faz parte do Programa Brasil Sem Miséria e também privilegia a mulher como chefe de família, pois ela é a beneficiária do recurso. O benefício pago pelo Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde é destinado àqueles que desenvolvem atividades de uso sustentável dos recursos naturais em reservas extrativistas, florestas nacionais, reservas de desenvolvimento sustentável federais e assentamentos ambientalmente diferenciados da reforma agrária. Territórios ocupados por ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais também podem ser incluídos no Programa. O Bolsa Verde representa um passo importante na direção de reconhecer e compensar comunidades tradicionais e agricultores familiares pelos serviços ambientais que prestam à sociedade. Instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e regulamentado pelo Decreto nº 7.572, de 28 de setembro de 2011, o Bolsa Verde possui como objetivos: incentivar a conservação dos ecossistemas (manutenção e uso sustentável); promover a cidadania e melhoria das condições de vida; elevar a renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural; e, incentivar a participação dos beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, técnica e profissional.

Embora a pobreza resulte em certas formas de desgaste do meio ambiente, a principal causa da contínua deterioração do ambiente global são os padrões insustentáveis de produção e consumo das classes mais altas. Esses padrões insustentáveis têm servido de modelo e são almejados pelas classes mais pobres e por aqueles que ascendem econômica e socialmente.

Pesquisas revelam que entre 2002 e 2012, 35 milhões de pessoas no Brasil entraram na classe média – que passou de 38% da população para 53%, o que equivale a mais de 100 milhões de brasileiros, movimentando aproximadamente R\$ 1 trilhão por ano. Esse grupo responde hoje por 42% do consumo das famílias brasileiras. A renda média feminina na classe C aumentou 78%, de 2002 a 2010, e entre 70% e 80% das decisões de consumo, hoje no Brasil, são tomadas por mulheres. Some-se a isso o fato de que 36% dos lares brasileiros já são chefiados por mulheres, e que atualmente elas possuem mais anos de escolaridade do que os homens. Além disso, cerca de 85% da população brasileira vive em área urbana, englobando também a vasta maioria da classe média: em 2012, 88% do total da classe média viviam em área urbana.

Considerando esses dados, uma das grandes preocupações do Governo Brasileiro na área do meio ambiente tem sido em relação às cidades e aos padrões de consumo aí adotados, o que inclui a questão dos resíduos sólidos. Por essa razão, em 2011, foi lançado o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis, contendo um conjunto de ações de governo, do setor produtivo e da sociedade, que direcionam o Brasil para padrões mais sustentáveis de produção e consumo. O Plano articula políticas ambientais e de desenvolvimento nacional, que visa a auxiliar no alcance das metas previstas por meio de práticas produtivas sustentáveis e da adesão do consumidor a este movimento. Para orientar sua implementação, o Plano contempla uma série de ações com enfoque participativo e de comunicação. Assim, todos têm a oportunidade de se engajar nesse processo como agentes de transformação, seja fortalecendo e conferindo escala às ações em curso, seja desenvolvendo novas iniciativas voltadas à produção mais limpa e o consumo sustentável. Utilizar lideranças como exemplo para estimular a replicação e ganho de escala que afete a cadeia produtiva como um todo é também parte da estratégia.

Uma vez que as mulheres passam a chefiar cada vez mais famílias brasileiras e estão determinando os padrões de consumo, se elas tornarem-se consumidoras conscientes, o País terá grandes chances de se tornar um espaço mais sustentável e melhor para se viver. Assim, o Ministério do Meio Ambiente tem reconhecido a importância do papel da mulher em estratégias de educação para o consumo consciente. Em 2011, foi realizada a pesquisa “O que os brasileiros pensam sobre Desenvolvimento Sustentável – mulheres e tendências atuais e futuras do consumo no Brasil”, cujo objetivo foi levantar um conjunto de informações que permitisse entender quais são os fatores determinantes do consumo e seus padrões atuais, de forma a se obter subsídios para o desenho de campanhas de comunicação e de estratégias de educação ambiental, no sentido de promover os valores da sustentabilidade. A pesquisa foi divulgada em maio de 2012.

Outra iniciativa de destaque em relação ao tema “mulher e meio ambiente”, ocorreu no contexto da realização da Conferência Rio+20. Foi o lançamento da Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade, integrada por lideranças femininas da gestão executiva, de conselhos, ou tomadoras de decisão de instituições, públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, engajadas com o desenvolvimento sustentável e com a equidade de gênero. Em razão de suas posições no âmbito das instituições, essas líderes vêm implementando ações voltadas à sustentabilidade e ao empoderamento da mulher.

Dentre as grandes conquistas recentes, vale destacar a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), contendo instrumentos importantes para permitir o avanço necessário ao País no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos. A Política prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos (aquilo que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado) e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos (aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado). Ademais, institui a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos: fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, cidadãos e titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos na logística reversa dos resíduos e embalagens pós-consumo. A PNRS inova ainda ao incluir catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, tanto na logística reversa quando na coleta seletiva.

TEMA L – As Meninas

O governo brasileiro instituiu a Comissão Interministerial de Enfrentamento a Exploração Sexual e Comercial de Crianças e Adolescentes, com a missão de subsidiar a construção de uma política de enfrentamento à Exploração Sexual e Comercial de Crianças e Adolescentes. No Brasil, o dia 18 de maio é o Dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, estabelecido para promover grande sensibilização sobre o tema. Há um número gratuito, o Disque 100, para denúncias de abusos e exploração sexual de crianças e adolescentes. Segundo dados do Disque 100, de maio de 2003 (data em que o serviço entrou em funcionamento) até março de 2011, foram registradas 66.982 denúncias envolvendo situações de violência sexual praticadas contra crianças e adolescentes. O Governo desenvolve campanha contra a exploração sexual, mobilizando inclusive redes sociais. A campanha “Carinho de Verdade - um gesto contra a exploração sexual”, parte das mobilizações do 18 de Maio, abre um debate franco sobre o problema nas redes sociais, com o apoio de artistas, empresários, atletas e outras personalidades. A iniciativa é um desdobramento do programa ViraVida, que desde 2008 atua junto a jovens e adolescentes de 16 a 21 anos em situação de exploração sexual.

O Brasil Carinhoso, já mencionado no TEMA A, beneficia famílias extremamente pobres, com filhos de seis anos a 15 anos, visando a retirar todos os integrantes da situação de miséria (abaixo do patamar de R\$ 70 por mês por pessoa). O total de crianças e jovens de até 15 anos atendidos é de 8,1 milhões. Além disso, para as mães que estão empregadas, a licença maternidade foi ampliada de quatro para seis meses, para melhorar as condições de vida das crianças brasileiras nos primeiros meses de vida..

Para aumentar a quantidade de vagas para crianças de até quatro anos nas creches públicas ou conveniadas com o poder público, o governo federal oferece estímulo financeiro aos municípios e ao Distrito Federal. São 50% anuais de verba acima dos valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) destinados por aluno. Além disso, o Ministério da Educação antecipa os valores do Fundeb para as vagas em novas turmas de educação infantil. Outra ação foi a ampliação de 66% no valor repassado para alimentação escolar de todas as crianças matriculadas em creches e pré-escolas públicas.

O Programa Bolsa Família (também já mencionado no TEMA A) também influencia positiva e diretamente a vida das crianças brasileiras.

Merece destaque, ademais, a ampliação das ações de enfrentamento à exploração e violência sexual contra crianças e adolescentes, uma das mais graves violações sofridas por esse público. Houve expansão do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (PAIR). Criado em 2003, o PAIR é uma metodologia de articulação institucional que tem por objetivo criar e/ou fortalecer as redes locais de proteção, atendimento, prevenção e defesa jurídica de crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual, bem como integrar políticas públicas para a construção de uma agenda comum de trabalho entre diferentes níveis e órgãos de governo e organizações da sociedade civil. A metodologia do PAIR envolve a criação de comitês gestores, a realização de diagnóstico para conhecer a problemática local de violência infanto-juvenil e para identificar as ações de enfrentamento existentes, a formulação de plano operativo local e a promoção de atividades de capacitação. Entre 2011 e 2013, o PAIR foi implementado em 540 Municípios, distribuídos em 24 Estados. Também foram contempladas 15 cidades-gêmeas nas fronteiras com Argentina, Paraguai e Uruguai, atendidas no âmbito do projeto PAIR Mercosul, que contou com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Em 2013, foi lançado o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, que trata de ações nos eixos de prevenção; atendimento; defesa e responsabilização; participação e protagonismo; comunicação e mobilização social; e estudos e pesquisas. Encontra-se em andamento, no âmbito da Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, a construção de um plano operativo para implementação do Plano Nacional, com definição de metas, pastas responsáveis e prazos.

Em parceria com a Polícia Rodoviária Federal, foi realizada a pesquisa MAPEAR, que identificou pontos vulneráveis à prática de exploração sexual de crianças ao longo das rodovias federais, o que possibilitou o direcionamento das ações preventivas, repressivas e das políticas públicas específicas. Ao mesmo tempo, o setor produtivo tem sido mobilizado pelo Governo federal em ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, cabendo salientar a “Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes”; a adesão de cerca de 150 empresas à campanha “Empresas contra a Exploração”; e a criação do Comitê Nacional da Agenda de Convergência contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Grandes Empreendimentos.

A Lei Federal 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE - e normatiza a execução das medidas destinadas a adolescentes que pratiquem ato infracional, estabelece, em seu art. 35, inciso VIII, que a execução das medidas socioeducativas será regida pelos princípios da não discriminação dos adolescentes, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (Resolução Conanda - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente nº 160/2013) inclui a promoção da equidade de gênero, com ênfase nos direitos das adolescentes que estão em atendimento socioeducativo, em suas diretrizes e ações:

Diretriz (L): Garantia das visitas familiares e visita íntima. Direito à sexualidade e saúde reprodutiva, com ênfase na convivência com os/as filhos/as, no respeito à identidade de gênero e orientação sexual e participação da família na condução da política socioeducativa.

Eixo 3: Participação e autonomia das/os adolescentes. Objetivo 1: Implantação de instrumentos e mecanismos de participação que fortaleçam o controle social. Ação: Assegurar o exercício dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, através de deliberações sobre adolescentes com filhos/as nas unidades e visita dos filhos/as às mães e pais adolescentes; bem como o acesso a visita íntima.

b) Describa los obstáculos, las deficiencias y los retos encontrados desde 2009 en la aplicación de las esferas de preocupación principales.

¿Se ha aplicado en su país alguna medida contracíclica desde 2009 para mitigar las consecuencias de la crisis económica y financiera mundial?

En caso afirmativo, ¿incorporaban dichas medidas una perspectiva de género y/o incluían a las mujeres como grupo destinatario?

A partir de 2009, o Governo brasileiro adotou medidas contracíclicas para mitigar as consequências da crise econômica e financeira mundial, com aumento da presença do Estado, visando à manutenção da estabilidade econômica.

Ainda que não seja simples estabelecer uma relação de causalidade entre a perspectiva de gênero e as medidas econômicas contracíclicas, foram adotadas algumas políticas com impacto positivo sobre as mulheres. Entre essas medidas, podemos citar o aumento significativo do orçamento da SPM/PR; o aumento do teto das linhas de crédito para mulheres rurais; a preferência da titularidade da mulher para os imóveis adquiridos com financiamento do Programa “Minha casa, minha vida”; e a extensão de benefícios previdenciários a empregadas domésticas e donas de casa de baixa renda.

c) ¿Se han introducido en su país medidas/políticas de austeridad, como aumentos de los impuestos, recortes en el gasto público o reducción del sector público a raíz de la crisis financiera de 2007/2008?

En caso afirmativo, ¿en qué medida han afectado dichas medidas/políticas a las esferas de preocupación principales? Describa los efectos de dichas medidas en los indicadores clave, como la participación de las mujeres y los hombres en la actividad económica y social, incluida la educación, la formación, la participación en el mercado laboral, el trabajo no remunerado, el acceso a la protección social, el acceso a los créditos o la iniciativa empresarial.

Houve medidas e políticas de austeridade, com cortes no gasto público. No entanto, o principal programa voltado direta e explicitamente para o enfrentamento à violência contra as mulheres, o Programa Mulher Viver sem Violência, foi preservado, em virtude da decisão política de conferir prioridade ao combate à violência contra as mulheres.

Desde 2003, com a eleição do presidente Lula, o governo federal assumiu o desafio de construir uma sociedade de consumo de massas, explicitado no PPA 2004-2007, baseada na dinâmica do mercado interno. Para tanto, foram implementadas políticas de aumento real do salário mínimo, de transferência de renda com condicionalidades e de facilidade de acesso ao crédito e incentivo ao aumento dos índices de emprego formal. Para enfrentar a crise internacional de 2008, o governo reforçou medidas que iam contra o receituário proposto de

redução de gastos, assumindo inclusive a renúncia de receitas em setores que poderiam manter a dinâmica econômica interna conquistada nos anos anteriores.

Essas medidas de incentivo ao fortalecimento do mercado interno, já definidas desde o início do governo e reforçadas em 2009, foram responsáveis por manter o país num patamar econômico que o livrou da recessão verificada em outros países, principalmente, desenvolvidos. Conseguiu-se manter o nível de emprego, a redução da pobreza e uma melhor distribuição de renda.

Apesar dessas medidas contrárias ao ciclo de recessão vigente na maioria dos países, não foi possível aumentar o nível de investimento no Brasil, persistindo alguns problemas como a deficiência nos vários setores da infraestrutura econômica e social e na qualidade dos serviços públicos ofertados. O aumento expressivo dos gastos com programas sociais não foi suficiente para manter a qualidade de certos serviços públicos, como saúde, educação, segurança pública e transportes. As medidas expansionistas permitiram que os benefícios econômicos alcançassem as mulheres. Permitiu também que vários programas governamentais priorizassem as mulheres em suas ações.

Tercera sección: Datos y estadísticas

(Longitud recomendada: 2 páginas)

a) ¿Se ha establecido un conjunto básico de indicadores nacionales para supervisar los progresos realizados en materia de igualdad entre los géneros? En caso afirmativo, proporcione los indicadores en un anexo.

O Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM¹¹- compila um conjunto de indicadores sociais de gênero, com o objetivo de facilitar o monitoramento da situação das mulheres brasileiras. O Relatório foi instituído por meio da Lei 12.227 de 12 de abril de 2010, tendo ficado sob a responsabilidade do Poder Executivo Federal. Em 24 de outubro de 2013, foi publicado o Decreto nº 8.131, que regulamentou a Lei do RASEAM e definiu a SPM/PR como coordenadora da elaboração e divulgação do Relatório. A primeira edição do RASEAM foi publicada no final de 2013.

O RASEAM faz uma compilação – descritiva e analítica – de indicadores sociais oriundos das principais bases de dados brasileiras, referentes à estrutura demográfica; autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho; educação; saúde; enfrentamento à violência; acesso aos espaços de poder e decisão; comunicação; esporte; e cultura. Configura, portanto, um relevante instrumento para subsidiar a elaboração e a implementação de políticas públicas para as mulheres, promover a participação e controle sociais, assim como promover a garantia dos direitos das mulheres – todos esses objetivos afetos à missão institucional da SPM/PR. Ademais, constitui um documento de referência para o monitoramento de indicadores de gênero.

Os dados compilados no RASEAM procedem de diversas bases de dados, incluídos dados estatísticos oficiais e registros administrativos, com metodologias, objetivos, objetos e periodicidades diferentes. Os dados oficiais são estatisticamente representativos da população brasileira e provêm, em sua maior parte, das pesquisas amostrais realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a saber: Censo Demográfico, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais e Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. Além dos dados oriundos do IBGE, o RASEAM também compila dados estatísticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, consolidados no Censo Escolar e no Censo do Ensino Superior. No âmbito da saúde, os dados estatísticos utilizados no RASEAM provêm da pesquisa amostral sobre Vigilância sobre Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico – VIGITEL.

Os dados dos registros administrativos, por sua vez, em geral são consolidados por instituições específicas, no ato da prestação de serviços públicos à população. Esses dados não são estatisticamente representativos, mas congregam relevantes informações acerca dos serviços e políticas públicas acessíveis à população. Nesse tocante, fornece dados referentes à saúde; trabalho e emprego; educação; violência; direito ao esporte; cobertura de serviços públicos; acesso aos espaços de poder e decisão; acesso à previdência social e às políticas sociais, entre outros temas.

Cabe destacar, ainda, a Síntese de Indicadores Sociais¹², publicação anual produzida pelo IBGE, cuja principal fonte de informação é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Em

¹¹ Ver lista de indicadores contemplados no RASEAM 2014 em anexo.

¹²

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicisociais2013/default.shtm>

2006, o IBGE, em parceria com a SPM, divulgou o Sistema Nacional de Informações de Gênero – SNIG¹³, com indicadores construídos a partir das informações dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, no nível municipal. A atualização desse sistema com informações do Censo Demográfico de 2010 está em fase de implementação, com previsão de divulgação no segundo semestre de 2014.

¿A quién corresponde la tarea de recoger los datos?

Os dados são coletados e consolidados pelas instituições responsáveis pelas bases de dados utilizadas no RASEAM. Ou seja, tratam-se de dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério da Saúde; Ministério da Previdência Social; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Justiça; Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Defesa; Ministério do Esporte; Disque Direitos Humanos; e Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, entre outras instituições. Cabe destacar que, em razão do compromisso das instituições governamentais brasileiras e como resultado do trabalho de articulação e coordenação da SPM/PR, todas as bases de dados utilizadas no RASEAM apresentam dados desagregados por sexo, aspecto necessário para o monitoramento e a análise dos indicadores sociais sob a perspectiva de gênero.

No que tange à elaboração do RASEAM, a equipe do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero da SPM/PR define o conjunto de indicadores a serem apresentados e analisados na publicação, faz a articulação interinstitucional para a compilação dos dados e promove a sua divulgação, com o apoio do Grupo de Trabalho (GT) de Indicadores. O GT de Indicadores é composto pelo IBGE e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e tem como convidados o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a ONU Mulheres, a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

b) ¿Se ha iniciado la recogida y la compilación de datos sobre el Conjunto mínimo de indicadores de género, procesos aprobados por la Comisión de Estadística de las Naciones Unidas en 2013? (El enlace a la lista de indicadores figura en la Parte III.)

O IBGE participou das discussões sobre a definição dos indicadores para compor o Conjunto mínimo de indicadores de gênero em tela. Contribuiu, ainda, com a pesquisa (*survey*) feita pela Divisão de Estatística das Nações Unidas, que empreendeu uma revisão dos programas estatísticos dos países membros, em 2012. Esse *survey* foi implementado pelas Comissões Regionais – no caso brasileiro, pela CEPAL, por meio do envio dos questionários aos institutos de estatística.

A maioria dos indicadores previstos no relatório apresentado à 44^a Sessão da Comissão de Estatística está contemplada no RASEAM. Nos casos em que os indicadores específicos não estão disponíveis, o relatório brasileiro incluiu indicadores semelhantes sobre os mesmos temas. Como resultado, na área temática I- Estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos, por exemplo, o RASEAM contempla indicadores de uso do tempo; participação no mercado de trabalho; rendimentos; e acesso às tecnologias da informação e comunicação (TIC), previstos nos indicadores 1, 2, 3 4, 5, 8, 9, 10, 13, 15, 16, 17 e 18. Todos

¹³<http://www.spm.gov.br/nucleo/publicacoes/snig>

os demais indicadores poderiam ser calculados a partir das pesquisas amostrais e censitárias já realizadas pelo IBGE regularmente.

Na área temática 2- Educação, o RASEAM apresenta dados de frequência líquida no ensino fundamental, médio e superior, além de frequência a creches, áreas de graduação e acesso a instrumentos de fomento do ensino superior. Os indicadores 20, 21, 22, 23, 24 e 25 são coletados regularmente, ao passo que os demais poderiam ser calculados a partir das bases de dados disponíveis sobre a temática.

Na área 3- Saúde e serviços relacionados- também se observa ampla cobertura pelo RASEAM dos indicadores 32, 34, 35, 38, 39, 41 e 42; os demais pontos são apresentados a partir de indicadores correlatos.

Na área 4- Vida pública e tomada de decisão, o RASEAM apresenta dados sobre a presença de mulheres em cargos eletivos e em posições gerenciais, previstos nos indicadores 43, 44 e 45. As profissões previstas nos indicadores 46 e 47 (mulheres policiais e juízas) não são monitoradas pelo RASEAM. Por outro lado, o RASEAM contempla outras carreiras historicamente masculinizadas, como diplomatas e os/as servidores/as das Forças Armadas. Contém, ainda, indicador da presença de mulheres juízas nos Tribunais Superiores do país.

Finalmente, na área 5- Direitos Humanos das Mulheres e Meninas, somente o indicador 52 (relativo à gravidez na adolescência) é monitorado pelo RASEAM. Exceto o 51, os demais envolvem indicadores relativos à violência, que não são cobertos pelas pesquisas estatísticas atualmente realizadas, conforme apresentado no item a seguir.

c) ¿Se ha iniciado la recogida y la compilación de datos sobre los nueve indicadores del uso de violencia contra la mujer aprobados por la Comisión de Estadística de las Naciones Unidas en 2013? (La lista de indicadores figura en la Parte III.)

O Brasil não produz pesquisas estatísticas sobre violência contra as mulheres de forma regular. Em 2009, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), conduzida pelo IBGE, contemplou um suplemento especial sobre vitimização que trouxe informações valiosas sobre o perfil da violência contra as mulheres no país. Contudo, como foi uma iniciativa pontual, não serve para monitorar a situação da violência contra as mulheres ao longo do tempo.

Na ausência de pesquisas amostrais, o Governo brasileiro se vale de outras fontes para traçar seus diagnósticos sobre a violência contra as mulheres no País. O RASEAM, por exemplo, utiliza dados recolhidos pela Central de Atendimento à Mulher – Disque 180. A Central é um serviço telefônico gratuito, disponível 24 horas por dia em todo o país, que orienta as mulheres a respeito de seus direitos e serviços disponíveis. Desde o primeiro semestre de 2014, a Central também encaminha denúncias de violência aos órgãos competentes. Os dados coletados nos atendimentos da Central, relativos ao perfil das/os demandantes e das violências cometidas são registrados, sistematizados e disponibilizados em um balanço semestral.

A SPM/PR coordena o Comitê Técnico de Estudos em Gênero e Uso do Tempo (CGUT), grupo interinstitucional composto pela SPM/PR, IBGE e Ipea, com OIT e ONU Mulheres como convidados. O objetivo do Comitê é definir diretrizes metodológicas para a formulação e implementação de pesquisas amostrais pelo IBGE, que abarquem temas pertinentes à dimensão de gênero. No último ano, o CGUT está discutindo estratégias e metodologias para a eventual implementação de uma pesquisa nacional sobre violência contra as mulheres, que se encontra em fase inicial.

d) ¿Qué procesos se han llevado a cabo para recoger datos sobre la situación de grupos concretos de mujeres, como las mujeres rurales, las mujeres de edad, las mujeres con discapacidad, las mujeres indígenas, las mujeres que viven con el VIH y el SIDA, y otros grupos? Describalos brevemente.

Como dito anteriormente, os dados sobre a situação das mulheres brasileiras são coletados pelas instituições responsáveis pelas bases de dados que consolidam essas informações. A melhoria da situação das mulheres em sua diversidade constitui o foco da atuação da SPM/PR.. Essa preocupação reflete-se nos dados apresentados e analisados no RASEAM. Nesse sentido, a equipe do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero solicita, sempre que possível, desagregações por faixa etária, cor ou raça, orientação sexual, situação do domicílio (urbano ou rural), deficiência, escolaridade e distribuição regional, além da desagregação por sexo. Vários indicadores apresentam, portanto, dados sobre a situação das mulheres brasileiras em sua diversidade.

Cuarta sección: Nuevas prioridades

(Longitud recomendada: 2 páginas)

a) ¿Cuáles son las prioridades de acción clave para los próximos tres a cinco años a fin de acelerar la aplicación de la Declaración y Plataforma de Acción de Beijing y los resultados del vigésimo tercer período extraordinario de sesiones de la Asamblea General, y los acuerdos intergubernamentales posteriores para el logro de la igualdad entre los géneros y el empoderamiento de las mujeres a nivel nacional?

A situação das mulheres no Brasil avançou muito. Porém, é preciso agir de forma estratégica para que o País siga avançando e enfrente os desafios que se apresentam para os próximos três a cinco anos.

Os aspectos determinantes na superação das desigualdades de gênero são potencializar os instrumentos vigentes, incorporar novas ferramentas e efetivar procedimentos de monitoramento para inclusão, valorização, reconhecimento e promoção da autonomia das mulheres.

A estratégia de transversalidade demanda outras ações, tais como:

- Incorporação da perspectiva de gênero e raça no diagnóstico do problema/tema a ser enfrentado;
- Sensibilização e capacitação dos agentes e gestores públicos em toda a sua diversidade e extensão;
- Produção de dados desagregados por sexo e raça, bem como de indicadores sensíveis ao gênero e à questão racial, para subsidiar a elaboração de políticas públicas; e mecanismos de monitoramento e avaliação das metas desagregadas;
- Incorporação da dimensão de gênero e raça nos processos de planejamento, alocação de recursos e avaliação das políticas e dos programas governamentais;
- Inclusão dos recortes de gênero e raça nos orçamentos públicos, instrumentos estratégicos para tornar visíveis as desigualdades de gênero e raça e para influir no gasto público;
- Ampliação do espaço de participação democrática, com maior presença e atuação do Estado junto aos diversos segmentos dos movimentos de mulheres e feminista;
- Fortalecimento da capacidade de realizar análises de gênero e raça dos problemas considerados para gerar novas respostas;
- Fortalecimento das capacidades institucionais dos/as gestores/as públicos/as e demais atores sociais para desenvolverem mecanismos de implementação, monitoramento e avaliação capazes de promover a igualdade de gênero e raça, como aspecto essencial das políticas.

Outras ações importantes para a construção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres brasileiras são:

- A tipificação do crime de feminicídio;
- O avanço na criação de Organismos de Políticas para as Mulheres junto aos municípios, bem como o fortalecimento da atuação dos existentes;
- A criação de um Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres;
- O aumento da interiorização das políticas para as mulheres, de modo que alcance todos os rincões do Brasil.

Esses desafios são o fundamento da institucionalização das Políticas para as Mulheres. O atual Governo Federal está imbuído na busca incessante por maior igualdade de gênero.

b) ¿Cuáles son las prioridades y las recomendaciones de su país para fortalecer la igualdad entre los géneros y el empoderamiento de las mujeres en los debates actuales sobre los Objetivos de Desarrollo Sostenible y la agenda para el desarrollo después de 2015?

Para o Brasil, o debate relativo à Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, assim como aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, representa oportunidade de inaugurar um novo paradigma de desenvolvimento, em que sustentabilidade e desenvolvimento socioeconômico associam-se de forma estrutural à igualdade entre mulheres e homens, à distribuição da riqueza, à equidade de acesso e distribuição do trabalho e dos bens, bem como ao combate a todas as formas de discriminação – sexismo, racismo, homofobia e outras.

Nesse entendimento, o Brasil considera que a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável devem:

- Incluir um objetivo específico para o tema da igualdade de gênero, além da transversalidade de gênero nos demais objetivos;
- Utilizar linguagem inclusiva;
- Incorporar os acordos da Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher e do Plano de Ação do Cairo relacionados às mulheres e à igualdade de gênero;
- Incorporar dados e informações estatísticas desagregadas por sexo, idade, raça e etnia;
- Realizar cálculos globais, a partir de contas nacionais, que incluam a contabilização do trabalho não remunerado, exercido primordialmente pelas mulheres;
- Priorizar políticas de igualdade de gênero na agenda de erradicação da pobreza, tendo em conta que o ônus da pobreza recai principalmente sobre as mulheres;
- Enfatizar a importância da democracia com inclusão social, em que os Estados assegurem a toda a população, em condições de igualdade, o acesso a educação, saúde, moradia, trabalho, justiça e outros bens sociais; e
- Aprofundar e radicalizar os consensos alcançados no Rio + 20 e na Declaração do Milênio, articulando desenvolvimento sustentável com igualdade de gênero, igualdade racial, igualdade étnica e igualdade socioeconômica.

Referências

BANDEIRA, Lourdes Maria e MELO, Hildete Pereira. **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil**. Unidad Mujer y Desarrollo Projecto “Governabilidade democrática e igualdade de gênero”. Mujer y desarrollo N.º 66. Unidade Mulher e Desenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, CEPAL. Santiago de Chile, Nações Unidas, 2005.

BRASIL. Presidente (2011 -: D.V. Rousseff). **Mensagem ao Congresso Nacional, 2013: 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura**. Brasília: Presidência da república, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. da **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/GPP-GeR: módulo I/Orgs**. Maria Luiza Heilborn, Leila Araújo, Andreia Barreto. – Rio de Janeiro : CEPEC; Brasília : Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres e CEPAL. Comissão Econômica para América Latina e Caribe. BANDEIRA, Lourdes Maria. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas**. Brasília, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2005.

Anexos

Indicadores selecionados para o RASEAM 2014:

Estrutura Demográfica		
Indicador	Periodicidade	Fonte
População residente, total e distribuição percentual por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – 2012	anual	PNAD/IBGE
Razão de sexo, total e por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – 2012	anual	PNAD/IBGE
Esperança de vida ao nascer e aos 60 anos, total e por sexo, Brasil – 2012	anual	Tábua completa de mortalidade para o Brasil/IBGE
Taxa de fecundidade total, segundo as Grandes Regiões – 2000, 2005, 2010, 2013 e 2014	anual	PNAD/IBGE
Mulheres de 15 a 49 anos de idade, total; mulheres de 15 a 19 anos de idade, total e proporção; e mulheres de 15 a 19 anos com filhos nascidos vivos, total e proporção, segundo as Grandes Regiões – 2002	anual	PNAD/IBGE
Mulheres de 15 a 49 anos de idade, total; mulheres de 15 a 19 anos de idade, total e proporção; e mulheres de 15 a 19 anos com filhos nascidos vivos, total e proporção, segundo as Grandes Regiões – 2012	anual	PNAD/IBGE
Mulheres de 15 a 19 anos de idade, total e proporção; e mulheres de 15 a 19 anos com filhos nascidos vivos, total e proporção, segundo as Grandes Regiões – 2002 e 2012	anual	PNAD/IBGE
População residente por situação do domicílio, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2012	anual	PNAD/IBGE
População com deficiência, por tipo de deficiência e sexo, segundo as Grandes Regiões – 2010	decenal	Censo Demográfico/IBGE
População com deficiência, total e distribuição por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – 2010	decenal	Censo Demográfico/IBGE
Famílias com pessoa de referência do sexo feminino, total e distribuição percentual por tipo de família, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
Famílias com pessoa de referência do sexo masculino, total e distribuição percentual por tipo de família, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
Famílias com pessoa de referência do sexo feminino, total e distribuição percentual, e proporção por cor ou raça e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE

Famílias com pessoa de referência do sexo masculino, total e distribuição percentual, e proporção por cor ou raça e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
União homoafetivas entre pessoas de 10 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2010	decenal	Censo Demográfico/IBGE
Pessoas em domicílios particulares permanentes com microcomputador e acesso à internet, por situação do domicílio, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
Proporção de pessoas em domicílios particulares permanentes com microcomputador e acesso à internet, por situação do domicílio, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade que acessaram internet nos últimos três meses, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
Pessoas de 10 anos ou mais de idade que acessaram internet nos últimos três meses, total e sua respectiva distribuição percentual, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
Pessoas de 10 anos ou mais de idade com telefone celular para uso pessoal por situação do domicílio, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade com telefone celular para uso pessoal por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho		
Indicador	Periodicidade	Fonte
Taxa de atividade das pessoas de 16 a 59 anos de idade por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
Taxa de atividade das pessoas de 16 a 59 anos de idade por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
Taxa de desocupação das pessoas de 16 a 59 anos de idade, total e por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2012 (*ficou faltando a dupla desagregação)	anual	PNAD/IBGE
Taxa de desocupação das pessoas de 16 a 59 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
Empregadas/os em 31/12/2012 por tempo de emprego e sexo, segundo o setor de atividade econômica	anual	RAIS/MTE
Pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, total e proporção em trabalhos formais por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
Pessoas de 16 anos ou mais de idade do sexo feminino ocupadas na semana de referência, total e proporção em trabalhos formais por cor, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
Pessoas de 16 anos ou mais de idade do sexo masculino ocupadas na semana de referência, total e proporção em trabalhos formais por cor, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
Pessoas de 16 anos ou mais de idade do sexo feminino ocupadas na semana de referência, total e sua respectiva distribuição percentual por posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
Pessoas de 16 anos ou mais de idade do sexo masculino	anual	PNAD/IBGE

ocupadas na semana de referência, total e sua respectiva distribuição percentual por posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões – 2012		
População ocupada de 16 anos ou mais de idade, total e proporção por sexo, segundo os ramos de atividade, Brasil – 2012	anual	PNAD/IBGE
População ocupada de 16 anos ou mais de idade no setor agrícola, total e proporção por sexo, segundo a posição na ocupação, Brasil	anual	PNAD/IBGE
Rendimento-hora da população ocupada no trabalho principal por grupos de anos de estudo, segundo o sexo e a cor ou raça – Brasil 2012	anual	PNAD/IBGE
Rendimento-hora da população ocupada de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
Benefícios emitidos pela Previdência Social, total e sua respectiva distribuição por situação de domicílio e por sexo -- Brasil, 2012	anual	AEPS/DATAPREV
Mulheres de 16 anos ou mais de idade, com filhos de 0 a 3 anos, por frequência dos filhos a creche, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
Mulheres de 16 anos ou mais de idade, com filhos de 0 a 3 anos, por condição de ocupação e frequência dos filhos a creche, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões – 2012	anual	PNAD/IBGE
Pessoas de 16 anos ou mais de idade que realizam afazeres domésticos, total e distribuição percentual, total e ocupadas por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal, média de horas gastas em afazeres domésticos e jornada total das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal, média de horas gastas em afazeres domésticos e jornada total das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência por sexo, segundo a situação no domicílio - Brasil - 2012	anual	PNAD/IBGE
Pessoas de 10 anos ou mais de idade que realizam afazeres domésticos, total e proporção por situação do domicílio e sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2012	anual	PNAD/IBGE
Jornada média semanal em afazeres domésticos das pessoas de 10 anos ou mais de idade por situação do domicílio e sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2012	anual	PNAD/IBGE
Média de horas semanais gastas em afazeres domésticos das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo e classes de rendimento mensal familiar per capita, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
Pessoas de 16 anos ou mais de idade não economicamente ativas, total e proporção que realizam afazeres domésticos por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
Pessoas de 16 anos ou mais de idade não economicamente ativas que realizam afazeres domésticos por sexo, total e jornada média semanal em horas, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
Número de famílias com pessoa de referência do sexo feminino,	anual	PNAD/IBGE

total e sua respectiva distribuição percentual por classes de rendimento familiar per capita, segundo as Grandes Regiões - 2012		
Número de famílias com pessoa de referência do sexo masculino, total e sua respectiva distribuição percentual por classes de rendimento familiar per capita, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
Número de famílias, total e sua respectiva distribuição percentual por classes de rendimento familiar per capita, segundo o sexo e a cor ou raça da pessoa de referência - Brasil - 2012	anual	PNAD/IBGE
Beneficiários do Programa Bolsa Família, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2014	mensal	Data Social/MDS
Beneficiários do Programa Bolsa Família, total e sua respectiva distribuição percentual por cor/raça, segundo as Grandes Regiões - 2014	mensal	Data Social/MDS
População ocupada de 16 anos ou mais de idade no trabalho doméstico por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
População ocupada de 16 anos ou mais de idade no trabalho doméstico, por sexo e posse de carteira assinada, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
Empregadas domésticas de 16 anos ou mais de idade por cor ou raça, total e proporção com menos de 4 anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
Rendimento médio em todos os trabalhos das empregadas domésticas de 16 anos ou mais de idade por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
Rendimento médio em todos os trabalhos da população ocupada de 16 anos ou mais de idade no trabalho doméstico, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
População ocupada de 5 a 15 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2012	anual	PNAD/IBGE
População de 10 a 15 anos de idade ocupada, total e proporção por sexo, segundo os ramos de atividade - Brasil - 2012	anual	PNAD/IBGE
Educação para a Igualdade e Cidadania		
Indicador	Periodicidade	Fonte
Taxa de alfabetização por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – 2012	anual	PNAD/IBGE
Taxa de alfabetização, por sexo e situação do domicílio, segundo os grupos de idade - Brasil - 2012	anual	PNAD/IBGE
Taxa de alfabetização, por sexo e cor ou raça, segundo os grupos de idade – Brasil – 2012	anual	PNAD/IBGE
Taxa de frequência bruta à creche ou pré-escola das crianças de 0 a 5 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – 2012	anual	PNAD/IBGE
Taxa de frequência líquida das pessoas de 6 a 24 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – 2012	anual	PNAD/IBGE
Taxa de frequência líquida das pessoas de 6 a 24 anos de idade por sexo e grupos de idade, segundo a cor ou raça – 2012	anual	PNAD/IBGE
Proporção de pessoas matriculadas na educação infantil em tempo integral em relação ao total de matriculadas na educação infantil e sua respectiva distribuição por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2013	anual	Censo Escolar

Proporção de pessoas matriculadas no ensino fundamental em tempo integral em relação ao total de matriculadas no ensino fundamental e sua respectiva distribuição por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2013	anual	Censo Escolar
Proporção de pessoas matriculadas no ensino médio em tempo integral em relação ao total de matriculadas no ensino médio e sua respectiva distribuição por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2013	anual	Censo Escolar
Proporção de pessoas matriculadas no ensino médio integrado à educação profissional com relação ao total de matriculadas no ensino médio e sua respectiva distribuição por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2013	anual	Censo Escolar
Pessoas matriculadas na educação profissional e sua respectiva distribuição por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2013	anual	Censo Escolar
Pessoas matriculadas em cursos profissionais, total e distribuição percentual, e a distribuição percentual por sexo, segundo a grande área - Brasil - 2012	anual	Censo Escolar
Concluintes de cursos profissionais, total e distribuição percentual, e a distribuição percentual por sexo, segundo a grande área - Brasil - 2012	anual	Censo Escolar
Ingressos, matrículas e concluintes nos cursos de graduação (presencial e a distância), total e sua respectiva distribuição, segundo sexo – Brasil – 2012	anual	Censo da Educação Superior/INEP
Matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) com maior número de matrículas, total e distribuição percentual por sexo, segundo o curso – Brasil – 2012	anual	Censo da Educação Superior/INEP
Matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) com equilibrada distribuição percentual por sexo, segundo os cursos – Brasil – 2012	anual	Censo da Educação Superior/INEP
Matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) com maior concentração de matrícula do sexo feminino, por sexo, segundo os cursos – Brasil – 2012	anual	Censo da Educação Superior/INEP
Matrículas em cursos de graduação (presenciais e a distância) com maior concentração de matrícula do sexo masculino, por sexo, segundo os cursos – Brasil – 2012	anual	Censo da Educação Superior/INEP
Bolsas concedidas pelo CNPq no país, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo, segundo as principais modalidades – 2012	anual	CNPq
Bolsas concedidas pelo CNPq no exterior, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo, segundo as principais modalidades - 2012	anual	CNPq
Bolsas de Produtividade em Pesquisa concedidas pelo CNPq, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo, segundo a categoria/nível - 2012	anual	CNPq
Número de bolsas no país e no exterior concedidas pelo CNPq, total e sua respectiva distribuição por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2012	anual	CNPq
Saúde Integral, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos		
Indicador	Periodicidade	Fonte
Mulheres de 15 a 49 anos, proporção, segundo o uso de métodos anticoncepcionais, por classe econômica	decenal	PNDS/MS
Uso de métodos anticoncepcionais referido por mulheres, proporção, segundo os grupos de idade	decenal	PNDS/MS
Nascidos vivos por idade materna, proporção, segundo as Grandes Regiões, 2012	anual	SINASC/MS

Nascidos vivos por número de consultas pré-natal, proporção, segundo as Grandes Regiões	anual	SINASC/MS
Nascidos vivos com sete ou mais consultas no pré-natal, proporção, por cor ou raça da mãe, segundo as Grandes Regiões, 2012	anual	SINASC/MS
Partos por local de realização, proporção, segundo as Grandes Regiões	anual	SINASC/ MS
Nascidos vivos por parto cesáreo por idade materna, proporção, segundo as Grandes Regiões, 2012	anual	SINASC/MS
Nascidos vivos por parto cesáreo segundo idade materna, proporção e variação relativa, 2000 e 2012	anual	SINASC/MS
Nascidos vivos por parto cesáreo, proporção, por cor ou raça da mãe, segundo as Grandes Regiões, 2012	anual	SINASC/MS
Nascidos vivos por parto cesáreo, proporção, por escolaridade da mãe, segundo as Grandes Regiões, 2012	anual	SINASC/ MS
Mortalidade materna, total, por faixa etária, segundo as Grandes Regiões	anual	SIM/ MS
Mortalidade materna, total, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões, 2012	anual	SINASC/MS
Mortalidade materna, proporção, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões, 2012	anual	SINASC/MS
Mortalidade materna, proporção, por tipo de causa obstétrica, segundo faixa etária	anual	SIM/ MS
Mortalidade materna por tipo de causa obstétrica e causas específicas prioritárias, distribuição percentual, Brasil	anual	SIM/ MS
Razão de mortalidade materna (RMM) por tipo de causa obstétrica e causas específicas prioritárias, por 100.000 nascidos vivos, Brasil, 2011	anual	SINASC/MS
Mortalidade materna, proporção por tipo de causa obstétrica, segundo as Grandes Regiões	anual	SINASC/MS
Pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com saneamento adequado, total e proporção, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões	anual	PNAD/IBGE
Prevalência de consumo abusivo de álcool por sexo, segundo as Grandes Regiões	anual	VIGITEL/ MS
Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que consumiram bebida alcoólica pelo menos um dia, nos últimos 30 dias, distribuição percentual, por sexo, segundo as Grandes Regiões	eventual	PeNSE
Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que fumaram cigarros pelo menos um dia, nos últimos 30 dias, distribuição percentual, por sexo, segundo as Grandes Regiões	eventual	PeNSE
Prevalência de excesso de peso na população de 20 anos de idade ou mais, de acordo com os critérios da OMS, por sexo, segundo faixa etária	seis anos	POF
Prevalência de obesidade na população de 20 anos de idade ou mais, de acordo com os critérios da OMS, por sexo, segundo faixa etária	seis anos	POF
Prevalência de diabetes melito e hipertensão arterial por sexo, segundo as Grandes Regiões	anual	VIGITEL/ MS
Taxa de internação, por 10.000 habitantes, no Sistema Único de Saúde – SUS por causas externas, por sexo e segundo as Grandes Regiões	mensal	SIH/SUS/ MS

Taxa de incidência anual de neoplasias malignas específicas em mulheres, por 100.000 habitantes, por Grandes Regiões e segundo os tipos de neoplasias	bianual	Inca/ MS
Exames citopatológicos, cérvico-vaginal e microflora, realizados segundo faixa etária, por Grandes Regiões	mensal	SISCOLO/ MS
Exames de mamografia realizados segundo faixa etária, por Grandes Regiões	mensal	SISMAMA/ MS
Taxa padronizada de mortalidade específica de câncer de mama e colo do útero, por 100.000 mulheres, segundo as Grandes Regiões	anual	SIM/ MS
Taxa padronizada de mortalidade específica de câncer de mama e colo do útero, por 100.000 mulheres, segundo faixa etária	anual	SIM/ MS
Taxa padronizada de mortalidade específica de câncer de mama e colo do útero, por 100.000 mulheres, segundo cor ou raça	anual	SIM/ MS
Casos novos de AIDS, por sexo, segundo as Grandes Regiões	anual	Programa de DST/Aids/ MS
Taxa de incidência de AIDS por 100.000 habitantes, por sexo, segundo as Grandes Regiões	anual	Programa de DST/Aids/ MS
Casos novos de AIDS, por sexo, segundo faixa etária	anual	Programa de DST/Aids/ MS
Taxa de incidência de AIDS por sexo, segundo faixa etária	anual	Programa de DST/Aids/ MS
Casos de AIDS por sexo, segundo categoria de exposição, por sexo	anual	Programa de DST/Aids/ MS
Taxa de mortalidade específica por AIDS, por sexo segundo as Grandes Regiões	anual	SIM/ MS
Taxa de mortalidade específica por AIDS, por sexo, segundo faixa etária	anual	SIM/ MS
Mortalidade, proporção, por sexo, segundo grupo de causas, Brasil, 2011	anual	SIM
Taxa padronizada de mortalidade causada pelas doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) mais freqüentes entre a população do sexo feminino, por cor ou raça, segundo o tipo de doença, Brasil, 2000	anual	SIM
Taxa padronizada de mortalidade causada pelas doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) mais freqüentes entre a população do sexo masculino, por cor ou raça, segundo o tipo de doença, Brasil, 2000	anual	SIM
Taxa padronizada de mortalidade causada pelas doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) mais freqüentes entre a população do sexo feminino, por cor ou raça, segundo o tipo de doença, Brasil, 2012	anual	SIM
Taxa padronizada de mortalidade causada pelas doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) mais freqüentes entre a população do sexo masculino, por cor ou raça, segundo o tipo de doença, Brasil, 2012	anual	SIM
Enfrentamento de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres		
Indicador	Periodicidade	Fonte
Relatos de violência contra a mulher, total e distribuição percentual segundo o tipo de violência	semestral	Ligue 180/SPM
Relatos de violência física contra a mulher, total e distribuição percentual segundo escala de gravidade	semestral	Ligue 180/SPM
Relatos de violência contra a mulher, total e distribuição percentual segundo o tipo de violência psicológica	semestral	Ligue 180/SPM
Relatos de violência contra a mulher, total e distribuição	semestral	Ligue 180/SPM

percentual segundo o tipo de violência sexual		
Relatos de violência contra a mulher, total e distribuição percentual segundo o tipo de violência moral	semestral	Ligue 180/SPM
Relatos de violência contra a mulher, total e distribuição percentual segundo tipo de tráfico de pessoas	semestral	Ligue 180/SPM
Relatos de violência contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo a relação suspeito-vítima	semestral	Ligue 180/SPM
Mulheres em situação de violência, total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça	semestral	Ligue 180/SPM
Mulheres em situação de violência, total e distribuição percentual, segundo a faixa etária	semestral	Ligue 180/SPM
Mulheres em situação de violência, total e distribuição percentual, segundo a existência de filhos	semestral	Ligue 180/SPM
Mulheres em situação de violência, total e distribuição percentual, segundo a escolaridade	semestral	Ligue 180/SPM
Filhas/os de mulheres em situação de violência que presenciaram ou sofrem violência, total e distribuição percentual	semestral	Ligue 180/SPM
Registros / atendimentos, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões	semestral	Ligue 180/SPM
Relatos de violência, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões	semestral	Ligue 180/SPM
Registros / atendimentos, total e distribuição percentual, segundo a situação do domicílio (urbano/rural)	semestral	Ligue 180/SPM
Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências, total e distribuição percentual, por sexo da vítima, segundo as Grandes Regiões	mensal	SINAN
Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências, total e distribuição percentual, por sexo da vítima, segundo o sexo do/a provável agressor/a	mensal	SINAN
Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências, total e distribuição percentual, por sexo da vítima, segundo a suspeita de uso de álcool pelo/a provável agressor/a	mensal	SINAN
Violência doméstica, sexual e outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e distribuição percentual, segundo cor ou raça da vítima	anual	Viva Contínuo/MS
Violência doméstica, sexual e outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e distribuição percentual, segundo situação conjugal da vítima	anual	Viva Contínuo/MS
Violência doméstica, sexual e outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e distribuição percentual, segundo tipo de deficiência da vítima	anual	Viva Contínuo/MS
Violência doméstica, sexual e outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e distribuição percentual, segundo situação de domicílio da vítima	anual	Viva Contínuo/MS
Eventos de violência doméstica, sexual e outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e distribuição percentual, segundo casos de violência de repetição	anual	Viva Contínuo/MS
Eventos de violência doméstica, sexual e outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e distribuição percentual, segundo o local de ocorrência	anual	Viva Contínuo/MS
Eventos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências, por sexo, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violência	anual	Viva Contínuo/MS
Eventos de violência doméstica, sexual e outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e	anual	Viva Contínuo/MS

distribuição percentual, segundo o meio de agressão		
Vítimas de violência institucional, total e distribuição percentual, por sexo, segundo segmento	anual	Disque 100/SDH
Violência institucional, distribuição percentual, segundo tipo	anual	Disque 100/SDH
Taxa padronizada de mortalidade por homicídio, por 100.000 habitantes, por sexo, segundo as Grandes Regiões	anual	SIM/ MS
Taxa padronizada de mortalidade por homicídio e variação relativa, por 100.000 habitantes, segundo sexo, Brasil	anual	SIM/ MS
Taxa padronizada de mortalidade por homicídio, por 100.000 habitantes, por sexo, segundo faixas etárias	anual	SIM/ MS
Taxa padronizada de mortalidade por homicídio, por 100.000 habitantes, por sexo, segundo cor ou raça	anual	SIM/ MS
Taxa padronizada de mortalidade por lesões autoprovocadas (suicídio), por 100.000 habitantes, por sexo, segundo as Grandes Regiões	anual	SIM/ MS
Taxa padronizada de mortalidade por lesões autoprovocadas (suicídio), por 100.000 habitantes, por sexo, segundo faixas etárias	anual	SIM/ MS
Taxa padronizada de mortalidade por lesões autoprovocadas (suicídio), por 100.000 habitantes, por sexo, segundo cor ou raça	anual	SIM/ MS
Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que, nos últimos 30 dias, foram agredidos fisicamente por um adulto da família, por sexo da/o escolar, segundo as Grandes Regiões	Eventual (2012)	PeNSE
Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que estiveram envolvidos, nos últimos 30 dias, em alguma briga na qual alguma pessoa usou arma de fogo, por sexo da/o escolar, segundo as Grandes Regiões	Eventual (2012)	PeNSE
Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que estiveram envolvidos, nos últimos 30 dias, em alguma briga na qual alguma pessoa usou arma branca, por sexo da/o escolar, segundo as Grandes Regiões	Eventual (2012)	PeNSE
População carcerária, total e distribuição percentual, por sexo, segundo a cor ou raça	semestral	InfoPen/MJ
População carcerária, total e distribuição percentual, segundo nacionalidade (brasileira/o nata/o, brasileira/o naturalizada/o e estrangeira/o), por sexo	semestral	InfoPen/MJ
População carcerária estrangeira, total e distribuição percentual, segundo nacionalidade (ou continente), por sexo	semestral	InfoPen/MJ
População carcerária, total e distribuição percentual, segundo tipo de regime, por sexo	semestral	InfoPen/MJ
População carcerária, total e distribuição percentual, segundo crimes tentados/cometidos, por sexo	semestral	InfoPen/MJ
Presídios exclusivamente femininos, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões e vagas em presídios femininos	anual	ESTADIC/IBGE e InfoPen/MJ
Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher e Núcleos especializados em delegacias comuns, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões	anual	ESTADIC/IBGE
Núcleos da Mulher em Defensorias Públicas e Juizados ou varas especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões	anual	ESTADIC/IBGE
Serviços de saúde especializados para o atendimento dos casos de violência contra a mulher e Institutos Médico-Legal, total e	anual	ESTADIC/IBGE

distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões		
Centros Especializados de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – CEAM e Casas-Abrigo, segundo as Grandes Regiões	anual	ESTADIC/IBGE
Mulheres em Espaços de Poder e Decisão		
Indicador	Periodicidade	Fonte
Número de eleitoras/es inscritas/os, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo		Site do TSE
Distribuição de deputadas/os federais, senadoras/es e governadoras/es em exercício por sexo, segundo o cargo		Sites da Câmara dos Deputados, Senado Federal e governos estaduais e distrital
Número de ministras/os de Estado, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo		Site da Presidência da República
Número de ocupantes de cargo DAS, idade média, remuneração média, percentual de servidoras/es com ensino superior e sexo das/os ocupantes de DAS segundo o nível da função	mensal	Boletim Estatístico de Pessoal/MP
Número de ocupantes de cargos DAS na administração federal, absoluto e respectiva distribuição percentual, por vínculo e sexo, segundo nível da função	mensal	Boletim Estatístico de Pessoal/MP
Número de servidoras/es ativas/os das Forças Armadas, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo	sob demanda	Departamento de Pessoal/MD
<i>Número de servidoras/es ativas/os das Forças Armadas, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo, segundo a carreira</i>	sob demanda	Departamento de Pessoal/MD
Número de oficiais de hierarquia superior nas Forças Armadas, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo	sob demanda	Departamento de Pessoal/MD
Número de servidoras/es ativas/os das Forças Armadas, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo e carreiras, segundo as Forças	sob demanda	Departamento de Pessoal/MD
Número de servidoras/es ativas/os da carreira diplomática, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo	mensal	Boletim Estatístico de Pessoal/MP
Distribuição percentual das/os servidoras/es ativas/os da carreira diplomática por sexo, segundo o cargo ocupado	sob demanda	SGEX/MRE
<i>Número de servidoras/es ativas/os do Serviço Exterior brasileiro (carreiras do Ministério das Relações Exteriores), total e distribuição por sexo, segundo a carreira</i>	sob demanda	SGEX/MRE
Número de parlamentares na mesa diretora da Câmara e do Senado, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo		Sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal
Distribuição percentual das/os parlamentares ocupando a presidência das Comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo		Sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal
Número de parlamentares ocupando cargos de liderança do governo na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo		Sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal
Número de parlamentares ocupando cargos de liderança de partido na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo		Sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal
Número de ministras/os de Tribunais Superiores, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo		Sites dos Tribunais Superiores

Número de pessoas na direção dos partidos com representação no Congresso, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo		Site do Tribunal Superior Eleitoral
Mulheres em cargos de direção das centrais sindicais, absoluto e distribuição percentual		Sites das Centrais Sindicais
Número de presidentes e vice-presidentes das centrais sindicais, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo		Sites das Centrais Sindicais
Número de partidos com representação no Congresso que possuem instâncias de mulheres		Sites dos partidos
Pessoas em cargos de direção das centrais sindicais, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo		Sites das Centrais Sindicais
Número de presidentes e vice-presidentes das centrais sindicais, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo		Sites das Centrais Sindicais
<i>Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e proporção por sexo, segundo as Grandes Regiões</i>	anual	PNAD/IBGE
Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões	anual	PNAD/IBGE
Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e proporção por sexo, segundo a cor ou raça – Brasil	anual	PNAD/IBGE
Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo, segundo a cor ou raça	anual	PNAD/IBGE
Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e proporção por sexo, segundo os setores de atividade – Brasil	anual	PNAD/IBGE
Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo, segundo os setores de atividade - Brasil	anual	PNAD/IBGE
Convenções internacionais sobre os direitos das mulheres ratificadas pelo Brasil		SPM
Número de Organismos Estaduais de Políticas para as Mulheres, total e distribuição percentual	anual	ESTADIC/IBGE
Unidades da Federação com órgão gestor da política de gênero e existência de Plano Estadual de Políticas para as Mulheres - Brasil	anual	ESTADIC /IBGE
Esporte		
Indicador	Periodicidade	Fonte
Prevalência de atividade física suficiente no tempo livre, por sexo, 2010	anual	VIGITEL/MS
Percentual de indivíduos que praticam o nível recomendado de atividade física no tempo livre (lazer) por sexo - 2010 a 2013	anual	VIGITEL/MS
Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, com 300 minutos ou mais de atividade física acumulada, nos últimos sete dias, por sexo e dependência administrativa da escola, com indicação do intervalo de confiança de 95%, segundo as Grandes Regiões, os Municípios das Capitais e o Distrito Federal	Eventual (2009; 2012)	PeNSE
Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, que fizeram 300 minutos ou mais de atividade física globalmente estimada, nos últimos 7 dias, por sexo e dependência administrativa da escola, com indicação do intervalo de confiança de 95%, segundo as Grandes Regiões, os	Eventual (2009; 2012)	PeNSE

Municípios das Capitais e o Distrito Federal		
<i>Número de atletas contemplados com Bolsa Atleta, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo, segundo as categorias</i>	sob demanda	Ministério do Esporte
Número de atletas contemplados com Bolsa Atleta que possuem ou não alguma deficiência, absoluto e sua respectiva distribuição percentual, por sexo	sob demanda	Ministério do Esporte
Número de atletas contemplados com Bolsa Atleta, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo, segundo as categorias e modalidades	sob demanda	Ministério do Esporte
Número de alunos inscritos no Programa Segundo Tempo - Ministério do Esporte, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo	sob demanda	Ministério do Esporte
Participação de atletas brasileiros nas últimas quatro edições das Olimpíadas, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo	sob demanda	COB
Participação de atletas brasileiros nas últimas seis edições das Paralimpíadas, total e sua respectiva distribuição percentual por sexo		Site Comitê Paralímpico Internacional
Número de atletas cadastrados no Comitê Paralímpico Brasileiro, total e sua respectiva distribuição percentual, por sexo segundo a modalidade	sob demanda	CPB
Número de atletas e técnicas/os nas últimas quatro edições dos Jogos Olímpicos, total e sua respectiva distribuição percentual, por sexo segundo a modalidade	sob demanda	COB